

Reitor

Prof. Dr. Targino
de Araújo Filho

Pró-Reitora de Pesquisa

Profª Drª Heloisa Sobreiro
Selistre de Araújo

**Diretora do Centro
de Educação
e Ciências Humanas**

Profª Drª Wanda Aparecida
Machado Hoffmann

**Pró-Reitora
de Pós-Graduação**

Profª Draª Débora Cristina
Morato Pinto

**Coordenador do
Programa de Pós-
Graduação em Filosofia**
Prof. Dr. Fernão de Oliveira
Salles dos Santos Cruz

Organizadores

Caio Augusto Teixeira
Souto

Fernão de Oliveira Salles
dos Santos Cruz

Rubens José da Rocha



Segunda-feira 08 de setembro

manhã					tarde				
	Rousseau	Nietzsche	Hegel 1	Merleau-Ponty		Fil. Francesa Contemporânea	Kant	Hegel 2	Platão
	AUDITÓRIO CECH	AUDITÓRIO UEIM	AUDITÓRIO BCo3	SALA DE REUNIÕES DFMC		AUDITÓRIO CECH	AUDITÓRIO UEIM	AUDITÓRIO BCo3	SALA DE REUNIÕES DFMC
09h - 10h	Lili Pontinta Cá O homem natural rousseauísta e a passagem para o estado civil	Newton Pereira Amusquivar Junior Nietzsche e a sua concepção de filosofia trágica entre os gregos	Fábio Luís Rodrigues Figueredo Hegel e a Consciência Infeliz: no judaísmo, cristianismo e no ascetismo		14h - 15h	Alexandre Gomes dos Santos A genealogia nietzscheana e o método negativo de Michel Foucault	João Paulo Rissi Os imperativos kantianos: sobre a finalidade categórica e a hipotética	Carlos Gustavo Monteiro Cheri A interpretação de Hegel sobre Descartes nas Lições sobre História da Filosofia	Ademir Souza dos Santos Platão, poeta de uma nova tragédia
10h - 11h	Paulo Ferreira Junior O paradoxo do sexo: o estatuto da necessidade sexual na antropologia de Jean-Jacques Rousseau	Rafael Hyertquist Bordini Nietzsche e o vir-a-ser: verdade e interpretação	Silvana Colombo de Almeida Dignidade humana e filosofia hegeliana	André Dias de Andrade Aporias da intersubjetividade	15h - 16h	Caio Augusto Teixeira Souto Conceito, vida e natureza humana no debate entre Chomsky e Foucault	José Luciano Verçosa Marques Sensação e Espaço Absoluto no ensaio kantiano Sobre o Primeiro Fundamento da Distinção das Regiões no Espaço	Lincoln Menezes de França Hegel leitor de Aristóteles: a causa final aristotélica e o conceito de vida como elementos especulativos hegelianos frente ao modelo filosófico predominante na modernidade.	Juliano Orlandi A Diferença entre Mito e Alegoria na Obra Platônica
11h - 12h	Lui Henrique Alves de Souza Monzani Considerações sobre o conceito de sentimento em Rousseau	Rafael Vieira Menezes Carneiro A relação de Nietzsche e a filosofia da vontade no desenvolvimento de sua concepção trágica	Larissa Cristine Daniel Gondim A luta contínua: sobre a tensão entre autenticidade e reconhecimento na filosofia de Charles Taylor	Vanessa de Oliveira Temporal Considerações sobre a crítica de Maurice Merleau-Ponty à concepção de linguagem de Henri Bergson	16h - 17h	Gustavo Luis de Moraes Cavalcante Conceitos iniciais da Fenomenologia da Vida de Renaud Barbaras	Marcio Tadeu Girotti A metáfora do espelho e a ilusão transcendental na obra kantiana: Sonhos de um visionário e Crítica da razão pura		Nestor Müller Reminiscência e dialética no <i>Mênon</i> de Platão
					17h - 18h	Rainer Miranda Brito Uma nota sobre a ética e a gênese da circunstância técnica	Rodrigo Luiz Silva e Souza Tumolo Razão pública e publicidade na política kantiana		Rineu Quinalia Filho As vias do <i>Elénkhos</i> : a aplicação platônica da prática investigativa socrática
noite	Palestra								
	ANFITEATRO BENTO PRADO JR.								
19h30	Profa. Dra. Monique Hulshof (UFABC)								

Terça-feira 09 de setembro

manhã		tarde			
	Minicurso		Temas afins	Lógica, Fil. Cognitiva e Fil. da Linguagem	Simone de Beauvoir
	AUDITÓRIO UEIM		AUDITÓRIO UEIM	AUDITÓRIO BCo3	SALA DE REUNIÕES DFMC
09h30	Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho (UFPR)	14h - 15h	Lúcio Vaz Suicídio por Honra	Elliot Santovich Scaramal Sentido sem referência e o projeto logicista de Frege	Juliana Oliva A relação erótica autêntica e a realização da reciprocidade em <i>O Segundo Sexo</i> de Simone de Beauvoir
		15h - 16h	José Gilton Paz Leite Da perda não elaborada: a melancolia em Sigmund Freud	Daniel Pires Nunes O livre-arbítrio em John R. Searle: uma contraposição do naturalismo biológico ao fisicalismo e ao funcionalismo	Karla Cristhina Soares Sousa Considerações acerca do corpo em Beauvoir
		16h - 17h	Fernando Sepe Minha morte, a morte de ninguém - sobre Foucault e Blanchot	Juliana Moroni Cognição incorporada e situada e sua compatibilidade com o realismo ecológico gibsoniano	
		17h - 18h	André Paes Leme Octavio Paz e a dialética da solidão	Carolina Ribeiro Paraiso Araujo O discurso para além da palavra: entre o artifício e a natureza	
noite	Palestra				
	ANFITEATRO BENTO PRADO JR.				
19h30	Profa. Dra. Arlenice Almeida da Silva (UNIFESP)				

Quarta-feira 10 de setembro

manhã		tarde		Fil. Alemã	Wittgenstein	Estética 1
	AUDITÓRIO UEIM			AUDITÓRIO UEIM	AUDITÓRIO BCo3	SALA DE REUNIÕES DFMC
09h30	Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho (UFPR)	14h - 15h			Anderson Luis Nakano A crítica wittgensteiniana à teoria da identidade de Ramsey	Felipe Thiago dos Santos O papel dos sentimentos e o paradigma da representação na música por Eduard Hanslick
		15h - 16h			Gustavo Gueraldini Michetti Uma questão acerca do espaço lógico no <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>	Franco Baptista Sandanello A filosofia do Impressionismo
		16h - 17h		Guilherme José Santini A Filosofia enquanto <i>Weltanschauungslehre</i> e seus pressupostos	Marcelo Masson Maroldi Uma interpretação pragmática da normatividade	David Ferreira Camargo Sensibilidade em Diderot – uma relação entre o Sonho de d'Alembert e o Paradoxo sobre o Comediante
		17h - 18h		Bruno Moretti Falcão Mendes A perspectiva da totalidade na reconstrução estética do homem em Schiller	Wagner de Barros <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i> e <i>Observações sobre o "Ramo de Ouro" de Frazer: rupturas e continuidades</i>	Rubens José da Rocha Tempo histórico no poema <i>Mensagem</i> de Fernando Pessoa
noite	Palestra					
	ANFITEATRO BENTO PRADO JR.					
19h30	Prof. Dr. Wolfgang Leo Maar (UFSCar)					

Quinta-feira 11 de setembro

manhã		Deleuze	Fenomenologia	Fil. Medieval	tarde	Bergson	Estética 2	Fil. Moderna
		AUDITÓRIO UEIM	AUDITÓRIO BCo3	SALA DE REUNIÕES DFMC		AUDITÓRIO UEIM	AUDITÓRIO BCo3	SALA DE REUNIÕES DFMC
09h - 10h		Flávio Luiz de Castro Freitas O conceito de edipianização no capítulo 2 de <i>O Anti-Édipo, Capitalismo e Esquizofrenia - volume 1</i> , de Deleuze e Guattari	Andressa Alves Souto Intencionalidade e consciência na Ideia da Fenomenologia	Pedro Rodolfo Fernandes da Silva Problemas políticos decorrentes das obras éticas de Pedro Abelardo	14h - 15h	Luiz Fernando de Oliveira Proença Contribuições sobre a noção de ato no Ensaio sobre os dados imediatos da consciência	Chiyoko Gonçalves do Nascimento Oliveira Goodman contra a semelhança na representação pictórica	Juliana Abuzaglo Elias Martins A dúvida cartesiana dos sentidos na primeira meditação como elemento fundamental para compreensão das meditações metafísicas de Descartes
10h - 11h		Rodrigo Scheeren Cruzamentos filosóficos em processos de projeto na arquitetura contemporânea: a assimilação de conceitos deleuzianos em estratégias projetuais	Adriano Ricardo Mergulhão O conceito de tempo e o problema da objetividade em Heidegger e Cassirer	Andrei Pedro Vanin O conceito de infinito como transcendente disjuntivo em Duns Scotus	15h - 16h	Rafael Henrique Teixeira Bergson e a sociologia francesa do século XIX	Mario Spezzapria Autonomia e autotelia na estética de K. P. Moritz	David Emanuel de Souza Coelho A geometria e o pensamento hobbesiano
11h - 12h		Suianni Cordeiro Macedo A arte na construção do pensamento: agir e variar como formas de provocar o pensar	Diogo Sene Verdade e linguagem em Heidegger: notas de Ser e tempo	Richard Lazarini A importância da quiddidade segundo a teoria do conhecimento de Tomás de Aquino	16h - 17h	Solange Bitterbier Homem e matéria: a significação da vida na filosofia de Bergson		
noite	Palestra							
		ANFITEATRO BENTO PRADO JR.						
19h30	Prof. Dr. Marcos Nalli (UEL)							

Sexta-feira 12 de setembro

manhã	Walter Benjamin	Renascimento	Fil. Antiga	tarde	Política e Teoria Crítica	Sartre
	AUDITÓRIO UEIM	AUDITÓRIO BCo3	SALA DE REUNIÕES DFMC		AUDITÓRIO UEIM	SALA DE REUNIÕES DFMC
09h - 10h	Fernando Augusto Bee Magalhães A crítica da cultura de Walter Benjamin	Mateus Masiero Pudor público e re-presentação de si em Montaigne		14h - 15h	Francielle Silva Cruz Marx e a tipificação do regime político republicano	Gabriel Gurae Guedes Paes Sartre e o imaginário: entre a fenomenologia e a ontologia
10h - 11h	Franceila de Souza Rodrigues Considerações acerca do papel da técnica na obra de Walter Benjamin	Diego de Castro A "crítica ensaística" e o "Humanismo": o inconsciente político no Prefácio a Shakespeare	Felipe Calleres A explicação da sensação em geral e sua correlação com a exposição acerca dos sentidos particulares para Aristóteles	15h - 16h	Paulo Yamawake Max Horkheimer e a fundamentação materialista de uma antropologia filosófica	Isadora Alcantara da Silva Consciência e Ego na fenomenologia de Sartre
11h - 12h	João Felipe Lopes Rampim A abertura da História: Walter Benjamin lê Eduard Fuchs	Eugênio Mattioli Gonçalves Sobre o maquiavelismo europeu nos séculos XVI e XVII	Rafael Vieira Gomes Fuga e Assimilação em Plotino	16h - 17h	Raphael Eduardo Alves Concli Max Horkheimer e a construção do diagnóstico da integração total: um retorno aos escritos do final da década de 1930	Luiz André Colonetti Bet A concepção sartreana da imagem
				17h - 18h	Mariana Oliveira do Nascimento Teixeira Pesquisa empírica e filosofia normativa em Axel Honneth	
noite						
20h	CONFRATERNIZAÇÃO					

Mesas

Beauvoir

Juliana Oliva

A relação erótica autêntica e a realização da reciprocidade em *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir

terça-feira
TARDE
09 de setembro

Karla Cristhina Soares Sousa

Considerações acerca do corpo em Beauvoir

SALA DE REUNIÕES
DFMC

Benjamin

Fernando Augusto Bee Magalhães

A crítica da cultura de Walter Benjamin

sexta-feira
MANHÃ
12 de setembro

Franceila de Souza Rodrigues

Considerações acerca do papel da técnica na obra de Walter Benjamin

AUDITÓRIO
UEIM

João Felipe Lopes Rampim

A abertura da História: Walter Benjamin lê Eduard Fuchs

Bergson

Luiz Fernando de Oliveira Proença

Contribuições sobre a noção de ato no Ensaio sobre os dados imediatos da consciência

quinta-feira
TARDE
11 de setembro

Rafael Henrique Teixeira

Bergson e a sociologia francesa do século XIX

AUDITÓRIO
UEIM

Solange Bitterbier

Homem e matéria: a significação da vida na filosofia de Bergson

Deleuze

Flávio Luiz de Castro Freitas

O conceito de edipianização no capítulo 2 de *O Anti-Édipo, Capitalismo e Esquizofrenia* – volume 1, de Deleuze e Guattari

quinta-feira
MANHÃ
11 de setembro

Rodrigo Scheeren

Cruzamentos filosóficos em processos de projeto na arquitetura contemporânea: a assimilação de conceitos deleuzianos em estratégias projetuais

AUDITÓRIO
UEIM

Suianni Cordeiro Macedo

A arte na construção do pensamento: agir e variar como formas de provocar o pensar

Estética 1

Felipe Thiago dos Santos

O papel dos sentimentos e o paradigma da representação na música por Eduard Hanslick

quarta-feira
TARDE
10 de setembro

Franco Baptista Sandanello

A filosofia do Impressionismo

SALA DE REUNIÕES
DFMC

David Ferreira Camargo

Sensibilidade em Diderot – uma relação entre o Sonho de d'Alembert e o Paradoxo sobre o Comediante

Rubens José da Rocha

Tempo histórico no poema *Mensagem* de Fernando Pessoa

Estética 2

Chiyoko Gonçalves do Nascimento Oliveira
Goodman contra a semelhança na representação pictórica

quinta-feira
TARDE
11 de setembro

Mario Spezzapria
Autonomia e autotelia na estética de K. P. Moritz

AUDITÓRIO
BCo3

Fenomenologia

Andressa Alves Souto
Intencionalidade e consciência na Ideia da Fenomenologia

quinta-feira
MANHÃ
11 de setembro

Adriano Ricardo Mergulhão
O conceito de tempo e o problema da objetividade em Heidegger e Cassirer

AUDITÓRIO
BCo3

Diogo Sene
Verdade e linguagem em Heidegger: notas de Ser e tempo

Fil. Alemã

Guilherme José Santini
A Filosofia enquanto *Weltanschauungslehre* e seus pressupostos

quarta-feira
TARDE
10 de setembro

Bruno Moretti Falcão Mendes
A perspectiva da totalidade na reconstrução estética do homem em Schiller

AUDITÓRIO
UEIM

Fil. Antiga

Felipe Calleres
A explicação da sensação em geral e sua correlação com a exposição acerca dos sentidos particulares para Aristóteles

sexta-feira
MANHÃ
12 de setembro

Rafael Vieira Gomes
Fuga e Assimilação em Plotino

SALA DE REUNIÕES
DFMC

Fil. Francesa Contemporânea

Alexandre Gomes dos Santos
A genealogia nietzscheana e o método negativo de Michel Foucault

segunda-feira
TARDE
08 de setembro

Caio Augusto Teixeira Souto
Conceito, vida e natureza humana no debate entre Chomsky e Foucault

AUDITÓRIO
CECH

Gustavo Luis de Moraes Cavalcante
Conceitos iniciais da Fenomenologia da Vida de Renaud Barbaras

Rainer Miranda Brito
Uma nota sobre a ética e a gênese da circunstância técnica

Fil. Medieval

Pedro Rodolfo Fernandes da Silva
Problemas políticos decorrentes das obras éticas de Pedro Abelardo

quinta-feira
MANHÃ
11 de setembro

Andrei Pedro Vanin
O conceito de infinito como transcendente disjuntivo em Duns Scotus

SALA DE REUNIÕES
DFMC

Richard Lazarini
A importância da quiddidade segundo a teoria do conhecimento de Tomás de Aquino

Fil. Moderna

Juliana Abuzaglo Elias Martins
A dúvida cartesiana dos sentidos na primeira meditação como elemento fundamental para compreensão das meditações metafísicas de Descartes

quinta-feira
TARDE
11 de setembro

SALA DE REUNIÕES
DFMC

David Emanuel de Souza Coelho
A geometria e o pensamento hobbesiano

Hegel 1

Fábio Luís Rodrigues Figueredo
Hegel e a Consciência Infeliz: no judaísmo, cristianismo e no ascetismo

segunda-feira
MANHÃ
08 de setembro

Silvana Colombo de Almeida
Dignidade humana e filosofia hegeliana

AUDITÓRIO
BCo3

Larissa Cristine Daniel Gondim
A luta contínua: sobre a tensão entre autenticidade e reconhecimento na filosofia de Charles Taylor

Hegel 2

Carlos Gustavo Monteiro Cherri
A interpretação de Hegel sobre Descartes nas Lições sobre História da Filosofia

segunda-feira
TARDE
08 de setembro

Lincoln Menezes de França
Hegel leitor de Aristóteles: a causa final aristotélica e o conceito de vida como elementos especulativos hegelianos frente ao modelo filosófico predominante na modernidade.

AUDITÓRIO
BCo3

Kant

João Paulo Rissi
Os imperativos kantianos: sobre a finalidade categórica e a hipotética

segunda-feira
TARDE
08 de setembro

José Luciano Verçosa Marques
Sensação e Espaço Absoluto no ensaio kantiano Sobre o Primeiro Fundamento da Distinção das Regiões no Espaço

AUDITÓRIO
UEIM

Marcio Tadeu Girotti
A metáfora do espelho e a ilusão transcendental na obra kantiana: *Sonhos de um visionário* e *Crítica da razão pura*

Rodrigo Luiz Silva e Souza Tumolo
Razão pública e publicidade na política kantiana

Lógica, Fil. Cognitiva e Fil. da Linguagem

Elliot Santovich Scaramal
Sentido sem referência e o projeto logicista de Frege

terça-feira
TARDE
09 de setembro

Daniel Pires Nunes
O livre-arbitrio em John R. Searle: uma contraposição do naturalismo biológico ao fisicalismo e ao funcionalismo

AUDITÓRIO
BCo3

Juliana Moroni
Cognição incorporada e situada e sua compatibilidade com o realismo ecológico gibsoniano

Carolina Ribeiro Paraíso Araujo
O discurso para além da palavra: entre o artifício e a natureza

Merleau-Ponty

André Dias de Andrade
Aporias da intersubjetividade

segunda-feira
MANHÃ
08 de setembro

Vanessa de Oliveira Temporal
Considerações sobre a crítica de Maurice Merleau-Ponty à concepção de linguagem de Henri Bergson

SALA DE REUNIÕES
DFMC

Nietzsche

Newton Pereira Amusquivar Junior
Nietzsche e a sua concepção de filosofia trágica entre os gregos

segunda-feira
MANHÃ
08 de setembro

Rafael Hyertquist Bordini
Nietzsche e o vir-a-ser: verdade e interpretação

AUDITÓRIO
UEIM

Rafael Vieira Menezes Carneiro
A relação de Nietzsche e a filosofia da vontade no desenvolvimento de sua concepção trágica

Platão

Ademir Souza dos Santos
Platão, poeta de uma nova tragédia

segunda-feira
TARDE
08 de setembro

Juliano Orlandi
A Diferença entre Mito e Alegoria na Obra Platônica

SALA DE REUNIÕES
DFMC

Nestor Müller
Reminiscência e dialética no *Mênon* de Platão

Rineu Quinalia Filho
As vias do *Elénkhos*: a aplicação platônica da prática investigativa socrática

Política e Teoria Crítica

Francielle Silva Cruz
Marx e a tipificação do regime político republicano

sexta-feira
TARDE
12 de setembro

Paulo Yamawake
Max Horkheimer e a fundamentação materialista de uma antropologia filosófica

AUDITÓRIO
UEIM

Raphael Eduardo Alves Concli
Max Horkheimer e a construção do diagnóstico da integração total: um retorno aos escritos do final da década de 1930

Mariana Oliveira do Nascimento Teixeira
Pesquisa empírica e filosofia normativa em Axel Honneth

Renascimento

Mateus Masiero
Pudor público e representação de si em Montaigne

sexta-feira
MANHÃ
12 de setembro

Diego de Castro
A "crítica ensaística" e o "Humanismo": o inconsciente político no Prefácio a Shakespeare

AUDITÓRIO
BCo3

Eugênio Mattioli Gonçalves
Sobre o maquiavelismo europeu nos séculos XVI e XVII

Rousseau

Lili Pontinta Cá
O homem natural rousseauísta e a passagem para o estado civil

segunda-feira
MANHÃ
08 de setembro

Paulo Ferreira Junior
O paradoxo do sexo: o estatuto da necessidade sexual na antropologia de Jean-Jacques Rousseau

AUDITÓRIO
CECH

Luiz Henrique Alves de Souza Monzani
Considerações sobre o conceito de sentimento em Rousseau

Sartre

Gabriel Gurae Guedes Paes
Sartre e o imaginário: entre a fenomenologia e a ontologia

sexta-feira
TARDE
12 de setembro

Isadora Alcantara da Silva
Consciência e Ego na fenomenologia de Sartre

SALA DE REUNIÕES
DFMC

Luiz André Colonetti Bet
A concepção sartreana da imagem

Temas afins

Lúcio Vaz
Suicídio por Honra

terça-feira
TARDE
09 de setembro

José Gilton Paz Leite
Da perda não elaborada: a melancolia em Sigmund Freud

AUDITÓRIO
UEIM

Fernando Sepe
Minha morte, a morte de ninguém - sobre Foucault e Blanchot

André Paes Leme
Octavio Paz e a dialética da solidão

Wittgenstein

Anderson Luis Nakano
A crítica wittgensteiniana à teoria da identidade de Ramsey

quarta-feira
TARDE
10 de setembro

Gustavo Gueraldini Michetti
Uma questão acerca do espaço lógico no *Tractatus Logico-Philosophicus*

AUDITÓRIO
BCo3

Marcelo Masson Maroldi
Uma interpretação pragmática da normatividade

Wagner de Barros
Tractatus Logico-Philosophicus e *Observações sobre o "Ramo de Ouro" de Frazer*: rupturas e continuidades

Comunicações

A

segunda-feira 08 de setembro	Platão 14h-15h	Ademir Souza dos Santos Platão, poeta de uma nova tragédia	SALA DE REUNIÕES DFMC
quinta-feira 11 de setembro	Fenomenologia 10h-11h	Adriano Ricardo Mergulhão O conceito de tempo e o problema da objetividade em Heidegger e Cassirer	AUDITÓRIO BCo3
segunda-feira 08 de setembro	Fil. Francesa Contemporânea 14h-15h	Alexandre Gomes dos Santos A genealogia nietzscheana e o método negativo de Michel Foucault	AUDITÓRIO CECH
quarta-feira 10 de setembro	Wittgenstein 14h-15h	Anderson Luis Nakano A crítica wittgensteiniana à teoria da identidade de Ramsey	AUDITÓRIO BCo3
segunda-feira 08 de setembro	Merleau-Ponty 10h-11h	André Dias de Andrade Aporias da intersubjetividade	AUDITÓRIO UEIM
terça-feira 09 de setembro	Temas afins 17h-18h	André Paes Leme Octavio Paz e a dialética da solidão	AUDITÓRIO UEIM
quinta-feira 11 de setembro	Fil. Medieval 10h-11h	Andrei Pedro Vanin O conceito de infinito como transcendente disjuntivo em Duns Scotus	SALA DE REUNIÕES DFMC
quinta-feira 11 de setembro	Fenomenologia 09h-10h	Andressa Alves Souto Intencionalidade e consciência na <i>Ideia da Fenomenologia</i>	AUDITÓRIO BCo3

B

quarta-feira 10 de setembro	Fil. Alemã 17h-18h	Bruno Moretti Falcão Mendes A perspectiva da totalidade na reconstrução estética do homem em Schiller	AUDITÓRIO UEIM
--------------------------------	-----------------------	---	-------------------

C

segunda-feira 08 de setembro	Fil. Francesa Contemporânea 15h-16h	Caio Souto Conceito, vida e natureza humana no debate entre Chomsky e Foucault	AUDITÓRIO CECH
segunda-feira 08 de setembro	Hegel 2 14h-15h	Carlos Gustavo Monteiro Cherri A interpretação de Hegel sobre Descartes nas <i>Lições sobre História da Filosofia</i>	AUDITÓRIO BCo3
terça-feira 09 de setembro	Lógica, Fil. Cognitiva e Fil. da Linguagem 17H-18H	Carolina Ribeiro Paraíso Araujo O discurso para além da palavra: entre o artifício e a natureza	AUDITÓRIO BCo3
quinta-feira 11 de setembro	Estética 2 14h-15h	Chiyoko Gonçalves do Nascimento Oliveira Goodman contra a semelhança na representação pictórica	AUDITÓRIO BCo3

D

terça-feira 09 de setembro	Lógica, Fil. Cognitiva e Fil. da Linguagem 15h-16h	Daniel Pires Nunes O livre-arbítrio em John R. Searle: uma contraposição do naturalismo biológico ao fisicalismo e ao funcionalismo	AUDITÓRIO BCo3	quinta-feira 11 de setembro	Deleuze 09h-10h	Flávio Luiz de Castro Freitas O conceito de edipianização no capítulo 2 de <i>O Anti-Édipo, Capitalismo e Esquizofrenia – volume 1</i> , de Deleuze e Guattari	AUDITÓRIO UEIM
quinta-feira 11 de setembro	Fil. Moderna 15h-16h	David Emanuel de Souza Coelho A geometria e o pensamento hobbesiano	SALA DE REUNIÕES DFMC	sexta-feira 12 de setembro	Benjamin 10h-11h	Franceila de Souza Rodrigues Considerações acerca do papel da técnica na obra de Walter Benjamin	AUDITÓRIO UEIM
quarta-feira 10 de setembro	Estética 1 16h-17h	David Ferreira Camargo Sensibilidade em Diderot – uma relação entre <i>o Sonho de d'Alembert</i> e <i>o Paradoxo sobre o Comediante</i>	SALA DE REUNIÕES DFMC	sexta-feira 12 de setembro	Política e Teoria Crítica 14h-15h	Francielle Silva Cruz Marx e a tipificação do regime político republicano	AUDITÓRIO UEIM
sexta-feira 12 de setembro	Renascimento 10h-11h	Diego de Castro A "crítica ensaística" e o "Humanismo": o inconsciente político no Prefácio a Shakespeare	AUDITÓRIO BCo3	quarta-feira 10 de setembro	Estética 1 15h-16h	Franco Baptista Sandanello A filosofia do Impressionismo	SALA DE REUNIÕES DFMC
quinta-feira 11 de setembro	Fenomenologia 11h-12h	Diogo Sene Verdade e linguagem em Heidegger: notas de <i>Ser e tempo</i>	AUDITÓRIO BCo3	sexta-feira 12 de setembro	Sartre 14h-15h	Gabriel Gurac Guedes Paes Sartre e o imaginário: entre a fenomenologia e a ontologia	SALA DE REUNIÕES DFMC
terça-feira 09 de setembro	Lógica, Fil. Cognitiva e Fil. da Linguagem 14h-15h	Elliot Santovich Scaramal Sentido sem referência e o projeto logicista de Frege	AUDITÓRIO BCo3	quarta-feira 10 de setembro	Fil. Alemã 16h-17h	Guilherme José Santini A Filosofia enquanto <i>Weltanschauungslehre</i> e seus pressupostos	AUDITÓRIO UEIM
sexta-feira 12 de setembro	Renascimento 11h-12h	Eugênio Mattioli Gonçalves Sobre o maquiavelismo europeu nos séculos XVI e XVII	AUDITÓRIO BCo3	quarta-feira 10 de setembro	Wittgenstein 15h-16h	Gustavo Gualdini Michetti Uma questão acerca do espaço lógico no <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>	AUDITÓRIO BCo3
segunda-feira 08 de setembro	Hegel 1 09h-10h	Fábio Luís Rodrigues Figueredo Hegel e a Consciência Infeliz: no judaísmo, cristianismo e no ascetismo	AUDITÓRIO BCo3	segunda-feira 08 de setembro	Fil. Francesa Contemporânea 16h-17h	Gustavo Luis de Moraes Cavalcante Conceitos iniciais da Fenomenologia da Vida de Renaud Barbaras	AUDITÓRIO CECH
sexta-feira 12 de setembro	Fil. Antiga 10h-11h	Felipe Calleres A explicação da sensação em geral e sua correlação com a exposição acerca dos sentidos particulares para Aristóteles	SALA DE REUNIÕES DFMC	sexta-feira 12 de setembro	Sartre 15h-16h	Isadora Alcantara da Silva Consciência e Ego na fenomenologia de Sartre	SALA DE REUNIÕES DFMC
quarta-feira 10 de setembro	Estética 1 14h-15h	Felipe Thiago dos Santos O papel dos sentimentos e o paradigma da representação na música por Eduard Hanslick	SALA DE REUNIÕES DFMC	sexta-feira 12 de setembro	Benjamin 11h-12h	João Felipe Lopes Rampim A abertura da História: Walter Benjamin lê Eduard Fuchs	AUDITÓRIO UEIM
sexta-feira 12 de setembro	Benjamin 09h-10h	Fernando Augusto Bee Magalhães A crítica da cultura de Walter Benjamin	AUDITÓRIO UEIM	segunda-feira 08 de setembro	Kant 14h-15h	João Paulo Rissi Os imperativos kantianos: sobre a finalidade categórica e a hipotética	AUDITÓRIO UEIM
terça-feira 09 de setembro	Temas afins 16h-17h	Fernando Sepe Minha morte, a morte de ninguém – sobre Foucault e Blanchot	AUDITÓRIO UEIM	terça-feira 09 de setembro	Temas afins 15h-16h	José Gilton Paz Leite Da perda não elaborada: a melancolia em Sigmund Freud	AUDITÓRIO UEIM
				segunda-feira 08 de setembro	Kant 15h-16h	José Luciano Verçosa Marques Sensação e Espaço Absoluto no ensaio kantiano <i>Sobre o Primeiro Fundamento da Distinção das Regiões no Espaço</i>	AUDITÓRIO UEIM

G

I

J

				M			
quinta-feira 11 de setembro	Fil. Moderna 14h-15h	Juliana Abuzaglo Elias Martins A dúvida cartesiana dos sentidos na primeira meditação como elemento fundamental para compreensão das meditações metafísicas de Descartes	SALA DE REUNIÕES DFMC	quarta-feira 10 de setembro	Wittgenstein 16h-17h	Marcelo Masson Maroldi Uma interpretação pragmática da normatividade	AUDITÓRIO BCo3
terça-feira 09 de setembro	Lógica, Fil. Cognitiva e Fil. da Linguagem 16h-17h	Juliana Moroni Cognição incorporada e situada e sua compatibilidade com o realismo ecológico gibsoniano	AUDITÓRIO BCo3	segunda-feira 08 de setembro	Kant 16h-17h	Marcio Tadeu Girotti A metáfora do espelho e a ilusão transcendental na obra kantiana: <i>Sonhos de um visionário e Crítica da razão pura</i>	AUDITÓRIO UEIM
terça-feira 09 de setembro	Beauvoir 14h-15h	Juliana Oliva A relação erótica autêntica e a realização da reciprocidade em <i>O Segundo Sexo</i> de Simone de Beauvoir	SALA DE REUNIÕES DFMC	sexta-feira 12 de setembro	Política e Teoria Crítica 17h-18h	Mariana Oliveira do Nascimento Teixeira Pesquisa empírica e filosofia normativa em Axel Honneth	AUDITÓRIO UEIM
segunda-feira 08 de setembro	Platão 15h-16h	Juliano Orlandi A Diferença entre Mito e Alegoria na Obra Platônica	SALA DE REUNIÕES DFMC	quinta-feira 11 de setembro	Estética 2 15h-16h	Mario Spezzapria Autonomia e autotelia na estética de K. P. Moritz	AUDITÓRIO BCo3
		K		sexta-feira 12 de setembro	Renascimento 09h-10h	Mateus Masiero Pudor público e representação de si em Montaigne	AUDITÓRIO BCo3
terça-feira 09 de setembro	Beauvoir 15h-16h	Karla Cristhina Soares Sousa Considerações acerca do corpo em Beauvoir	SALA DE REUNIÕES DFMC			N	
		L		segunda-feira 08 de setembro	Platão 16h-17h	Nestor Müller Reminiscência e dialética no <i>Mênon</i> de Platão	SALA DE REUNIÕES DFMC
segunda-feira 08 de setembro	Hegel 1 11h-12h	Larissa Cristine Daniel Gondim A luta contínua: sobre a tensão entre autenticidade e reconhecimento na filosofia de Charles Taylor	AUDITÓRIO BCo3	segunda-feira 08 de setembro	Nietzsche 09h-10h	Newton Pereira Amusquivar Junior Nietzsche e a sua concepção de filosofia trágica entre os gregos	SALA DE REUNIÕES DFMC
						P	
segunda-feira 08 de setembro	Hegel 2 15h-16h	Lincoln Menezes de França Hegel leitor de Aristóteles: a causa final aristotélica e o conceito de vida como elementos especulativos hegelianos frente ao modelo filosófico predominante na modernidade	AUDITÓRIO BCo3	segunda-feira 08 de setembro	Rousseau 10h-11h	Paulo Ferreira Junior O paradoxo do sexo: o estatuto da necessidade sexual na antropologia de Jean-Jacques Rousseau	AUDITÓRIO CECH
segunda-feira 08 de setembro	Rousseau 09h-10h	Lili Pontinta Cá O homem natural rousseauista e a passagem para o estado civil	AUDITÓRIO CECH	sexta-feira 12 de setembro	Política e Teoria Crítica 15h-16h	Paulo Yamawake Max Horkheimer e a fundamentação materialista de uma antropologia filosófica	AUDITÓRIO UEIM
terça-feira 09 de setembro	Temas afins 14h-15h	Lúcio Vaz Suicídio por Honra	AUDITÓRIO UEIM	quinta-feira 11 de setembro	Fil. Medieval 09h-10h	Pedro Rodolfo Fernandes da Silva Problemas políticos decorrentes das obras éticas de Pedro Abelardo	SALA DE REUNIÕES DFMC
sexta-feira 12 de setembro	Sartre 16h-17h	Luiz André Colonetti Bet A concepção sartreana da imagem	SALA DE REUNIÕES DFMC			R	
quinta-feira 11 de setembro	Bergson 14h-15h	Luiz Fernando de Oliveira Proença Contribuições sobre a noção de ato no <i>Ensaio sobre os dados imediatos da consciência</i>	AUDITÓRIO UEIM	quinta-feira 11 de setembro	Bergson 15h-16h	Rafael Henrique Teixeira Bergson e a sociologia francesa do século XIX	AUDITÓRIO UEIM
segunda-feira 08 de setembro	Rousseau 11h-12h	Luiz Henrique Alves de Souza Monzani Considerações sobre o conceito de sentimento em Rousseau	AUDITÓRIO CECH	segunda-feira 08 de setembro	Nietzsche 10h-11h	Rafael Hyertquist Bordini Nietzsche e o vir-a-ser: verdade e interpretação	SALA DE REUNIÕES DFMC
				sexta-feira 12 de setembro	Fil. Antiga 11h-12h	Rafael Vieira Gomes Fuga e Assimilação em Plotino	SALA DE REUNIÕES DFMC

segunda-feira
08 de setembro

Nietzsche
11h-12h

Rafael Vieira Menezes Carneiro
A relação de Nietzsche e a filosofia da vontade no desenvolvimento de sua concepção trágica

SALA DE REUNIÕES
DFMC

segunda-feira
08 de setembro

Fil. Francesa
Contemporânea
17h-18h

Rainer Miranda Brito
Uma nota sobre a ética e a gênese da circunstância técnica

AUDITÓRIO
CECH

sexta-feira
12 de setembro

Política e Teoria
Crítica
16h-17h

Raphael Eduardo Alves Concli
Max Horkheimer e a construção do diagnóstico da integração total: um retorno aos escritos do final da década de 1930

AUDITÓRIO
UEIM

quinta-feira
11 de setembro

Fil. Medieval
11h-12h

Richard Lazarini
A importância da quiddidade segundo a teoria do conhecimento de Tomás de Aquino

SALA DE REUNIÕES
DFMC

segunda-feira
08 de setembro

Platão
17h-18h

Rineu Quinalia Filho
As vias do Elénkhos: a aplicação platônica da prática investigativa socrática

SALA DE REUNIÕES
DFMC

segunda-feira
08 de setembro

Kant
17h-18h

Rodrigo Luiz Silva e Souza Tumolo
Razão pública e publicidade na política kantiana

AUDITÓRIO
UEIM

quinta-feira
11 de setembro

Deleuze
10h-11h

Rodrigo Scheeren
Cruzamentos filosóficos em processos de projeto na arquitetura contemporânea: a assimilação de conceitos deleuzianos em estratégias projetuais

AUDITÓRIO
UEIM

quarta-feira
10 de setembro

Estética 1
17h-18h

Rubens José da Rocha
Tempo histórico no poema *Mensagem* de Fernando Pessoa

SALA DE REUNIÕES
DFMC

S

segunda-feira
08 de setembro

Hegel 1
10h-11h

Silvana Colombo de Almeida
Dignidade humana e filosofia hegeliana

AUDITÓRIO
BCo3

quinta-feira
11 de setembro

Bergson
16h-17h

Solange Bitterbier
Homem e matéria: a significação da vida na filosofia de Bergson

AUDITÓRIO
UEIM

quinta-feira
11 de setembro

Deleuze
11h-12h

Suianni Cordeiro Macedo
A arte na construção do pensamento: agir e variar como formas de provocar o pensar

AUDITÓRIO
UEIM

V

segunda-feira
08 de setembro

Merleau-Ponty
11h-12h

Vanessa de Oliveira Temporal
Considerações sobre a crítica de Maurice Merleau-Ponty à concepção de linguagem de Henri Bergson

AUDITÓRIO
UEIM

W

quarta-feira
10 de setembro

Wittgenstein
17h-18h

Wagner de Barros
Tractatus Logico-Philosophicus e *Observações sobre o "Ramo de Ouro" de Frazer*: rupturas e continuidades

AUDITÓRIO
BCo3

Ademir Souza dos Santos
UFSCar
PPGFIL – Doutorado

cassiel_ba@hotmail.com

Orientadora
Eliane Christina de Souza

Palavras-chave
Platão; Dramaturgia;
ποίησις

A relação da *ποίησις* com a filosofia em Platão é cheia de nuances, por vezes, aparentemente, contraditórias. Uma leitura rápida de determinados diálogos, como, por exemplo, a República e a Apologia, levam à afirmações precipitadas, conforme aponta Eric Havelock em Prefácio a Platão. Se por um lado, alguns afirmam que Platão rechaça a *ποίησις* devido ao seu caráter encantatório e ilusório contrários à *ἀλήθεια*, por outro, há quem sustente que tal embate sequer existe. Alain Badiou refere-se a essa relação complexa, quando analisa a notória expulsão dos poetas da “cidade justa”, chamando Platão de “le poète qui voulait chasser les poètes”. Platão proporia o fim do domínio poético? Seria ele o protótipo da censura artística? Como conciliar ideias tão distintas como as de Íon e do Banquete com as da República? Proponho que tal impasse emerge de uma premissa falsa, justamente porque costumeiramente nos atemos ao conteúdo das ideias platônicas e delas tentamos extrair sua mais profunda verdade, sem atentar de fato para a forma por ele utilizada. Schleiermacher, ao fazer à introdução dos diálogos platônicos, já propunha que, para entendermos o filósofo, deveríamos pensar de maneira “indissociável a forma (no caso o diálogo) e o conteúdo” em sua obra. Este artigo propõe analisar a força do *λόγος* dramático em Platão a partir dessa indissociabilidade, encarando-o como “um modelo de filósofo-artista”, ou por outra, como autor de um novo tipo de tragédia, onde *παιδεία*, *ψυχή*, *ποίησις* constituem o suporte do seu projeto artístico-filosófico.

O conceito de tempo e o problema da objetividade em Heidegger e Cassirer

Adriano Ricardo Mergulhão
PPGFil / UFSCar
Doutorando - CAPES

adrianomergulhao@
yahoo.com.br

Orientador
Paulo R. Licht dos Santos

Palavras-chave
Tempo; Objetividade;
Neokantismo;
Fenomenologia

Temos por objetivo apresentar uma análise pautada em uma noção basilar da filosofia moderna que se torna central a partir de Kant, a saber, o conceito de “*objetividade*”. De modo geral, podemos dizer que toda a filosofia transcendental está inserida na tensão existente entre os pólos teóricos da “*objetividade*” e da “*subjetividade*”, de modo que ambos se tornam indissociáveis para que seja possível adentrar o método crítico em sua totalidade, nosso intuito é averiguar como o pólo *objetivo* desta relação é interpretado por dois determinados pensadores i.e. Heidegger e Cassirer (filiaados a duas grandes tradições filosóficas contemporâneas, a *fenomenologia* e o *neokantismo*). Neste registro, questionaremos as possíveis imbricações metodológicas por parte dos autores aqui abordados averiguando em que medida suas próprias perspectivas teóricas são tributárias do método transcendental kantiano no desenvolvimento da questão da objetividade. Interessamos investigar internamente a apropriação do conceito de *objetividade* proposta pelos autores em questão, utilizando como fio condutor para a realização de tal tarefa a função desempenhada pelo conceito de *tempo* no processo de formação da noção de objetividade. Neste ponto específico se encontra o núcleo de nossa exposição, a qual se situa no horizonte de influências exercido pelo método transcendental, e se coloca como tarefa central expor o papel desempenhado pelo *conceito de tempo* em duas diferentes perspectivas teóricas (neokantiana e fenomenológica) para a formação da objetividade em sentido amplo, em outras palavras, interessa-nos descobrir quais as implicações imediatas da temporalidade estariam envolvidas no núcleo do processo de objetivação, a partir das propostas de Heidegger e Cassirer.

A genealogia nietzscheana e o método negativo de Michel Foucault

Alexandre Gomes dos Santos
doutorando UFSCar/CAPES

agomes.dos.santos@
gmail.com

Orientador
Franklin Leopoldo e Silva

Michel Foucault apostou em um certo recurso metodológico que ele referiu como do âmbito do “ensaio”, uma experiência modificadora de si no jogo da verdade. Sempre que era confrontado com a pergunta “quem é Michel Foucault?” sua resposta beirava o inominável: “não me pergunte quem sou”. Seus cursos, costumemente os iniciava com questões de método ou tentativas de justificação metodológica. E pra onde tendiam estas suas questões? Para o descompasso com a forma do discurso sólido e sistêmico. Buscava, como na genealogia nietzscheana, desfazer-se da ilusão histórica dos conceitos. Revisitou, como na genealogia nietzscheana, a história das idéias para livrá-la de seu próprio peso. Para pensar o sujeito, para aliviá-lo de sua carga, desfez-se das “grandes questões”, que de tão grandes aniquilavam qualquer possibilidade de atuação subjetiva e auto-transformadora daquele. Assim, nosso objetivo consistirá em inquirir o “método foucault”, como um método negativo que não se pauta por um prévio arcabouço conceitual, que busca, de fato, livrar-se disso, da trama dos conceitos e, prioritariamente, do pior destes, o conceito humanístico de sujeito, e, assim como Nietzsche, senão a partir deste, fazer e desfazer a história dos termos e dos conceitos e de sua ilusão histórica de verdade e de poder. Para isso, percorreremos as principais pistas desta sua necessidade ética em destituir-se de um caminho previamente dado em termos de olhar e de reflexão sobre o sujeito e sobre aquilo que o assujeita.

A crítica wittgensteiniana à teoria da identidade de Ramsey

Anderson Luis Nakano
doutorando UFSCar/ FA-
PESP

**andersonnakano@
gmail.com**

Orientador
Bento Prado de Almeida
Ferraz Neto

Palavras-chave
Ramsey, Wittgenstein, logi-
cismo, identidade, funções
em extensão.

Ramsey foi certamente o primeiro a mourejar, do ponto de vista técnico, nas consequências da eliminação, feita pelo *Tractatus* de Wittgenstein, do sinal de identidade enquanto uma função proposicional legítima. No plano da aritmética cardinal dos *Principia Mathematica*, as consequências desta eliminação eram devastadoras e minavam o projeto logicista como um todo. Por outro lado, Ramsey acreditava que a teoria do *Tractatus*, segundo a qual o método propriamente matemático consiste em trabalhar com equações, encontrava dificuldades insuperáveis. Em face destas dificuldades, Ramsey procurou defender, contra Wittgenstein, uma posição logicista segundo a qual as equações corretas da aritmética podem ser concebidas como tautologias (e as incorretas como contradições). Para isto, Ramsey procurou legitimar uma outra definição do sinal de identidade, que não estivesse exposta às mesmas críticas que Wittgenstein fizera à tentativa de Russell de defini-lo a partir do princípio leibniziano de identidade dos indiscerníveis. Para isto, Ramsey introduz a noção de “função em extensão”, a qual serviria como uma ferramenta para extensionalizar a lógica, possibilitando um cálculo lógico de extensões. Neste contexto, o presente trabalho procura elucidar, em um primeiro momento, os detalhes deste movimento apresentado sucintamente neste resumo e, posteriormente, os argumentos que Wittgenstein move contra Ramsey, em particular a denúncia de *circularidade* que o filósofo austríaco faz à definição de Ramsey da identidade.

Aporias da intersubjetividade

André Dias de Andrade
Mestrando pela UFPR
bolsista CAPES

andre8ada@gmail.com

Orientador
Profº Drº Luiz Damon S.
Moutinho

Palavras-chave
fenomenologia; intersub-
jetividade; Merleau-Ponty.

Desenvolvemos três tópicos sobre como a intersubjetividade é tematizada e quais as dificuldades que tal noção enfrenta na obra de Merleau-Ponty. i) Há um embate com o procedimento husserliano de desenvolver uma “egologia fenomenológica”, tendo como princípio o *Cogito*, a fim de elucidar a questão enquanto relação entre *Ego* e *Alter Ego*. Tal dicotomia não dá conta da experiência do outro já que parte da particularidade reduz toda alteridade a uma “esfera de pertencimento”, sendo que Merleau-Ponty procura postular uma dimensão de experiência comum – a percepção –partindo da generalidade para então demarcar os limites da subjetividade. A intersubjetividade, portanto, é impossibilitada sob o viés do Eu meditante. ii) Se Husserl aponta um aspecto paradoxal da questão, já que é sempre de um “Alter”, de um “outro”, que se trata e nunca de um “outro como eu mesmo”, Merleau-Ponty assume este paradoxo ao compreendê-lo como condição da própria relação. A ambiguidade passa a ser a marca de toda experiência, seja da subjetividade ou da intersubjetividade e, portanto, é irreduzível. Trata-se, na *Fenomenologia da Percepção*, de “transcendentalizar” esta ambiguidade e dar estatuto tanto à *relação* como à *separação* entre eu e outro. No entanto o caminho encontra obstáculos, pois quando o campo fenomenal se torna o campo de toda experiência, outrem passa a ser apreendido como outrem-para-mim. Tratar-se-ia, portanto, de um limite da fenomenologia. iii) Daí que, em *O filósofo e sua sombra*, Merleau-Ponty investiga a possibilidade de contato entre fenomenologia e não-fenomenologia. Constata-se como a noção de *consciência* e o *modelo egológico* interditam a relação entre eu e outro (é preciso abandoná-las em prol do sensível); mas, uma vez que eles compreendem conceitos-chave para entender a discussão, isto implicaria em considerar o problema da intersubjetividade como um falso problema.

Octavio Paz e a dialética da solidão

André Paes Leme
Mestrando USP / CAPES
andre.paes.leme@usp.br

Orientador
Profº Dr. Ricardo Nascimento Fabbrini

Palavras-Chave
Dialética, Solidão, Tempo, Amor

A dialética da solidão serve de apêndice ao mais polêmico e conhecido dos ensaios do poeta, ensaísta e crítico mexicano Octavio Paz: *O labirinto da solidão*, obra publicada no ano de 1950. Ali, tratava-se de uma tentativa de reconstituição histórica do imaginário cultural responsável pela, na ausência de melhor expressão, “identidade nacional” mexicana. Equiparada com outros clássicos da análise social e antropológica da América Latina, como, por exemplo, a obra seminal do brasileiro Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, a tentativa de Paz permanece como uma reconstituição vigorosa do modo de ser do mexicano, isto é, de sua relação com o mundo natural, os mistérios da transcendência, a inevitabilidade da morte, além, é claro, das misérias e sofrimentos humanos que lhe afligem continuamente. Nesse contexto, o texto intitulado *A dialética da solidão* surge como, a nosso ver, uma extrapolação por parte do autor das consequências extraídas anteriormente, encaminhando-as para uma profunda meditação sobre os alicerces fundamentais da própria condição humana. A partir desse ponto, o imaginário do ser mexicano dará lugar ao do próprio ser humano, extraviado em seus delírios de descomunal grandeza ao mesmo tempo que premido pela inelutável consciência de sua finitude. Buscaremos explorar os apontamentos de Octavio Paz sobre a solidão como substrato último da existência humana, assim como desdobrar as consequências que esta ideia acarretará para suas concepções do amor, da arte e do tempo.

O conceito de infinito como transcendente disjuntivo em Duns Scotus

Andrei Pedro Vanin
Mestrando em Filosofia
Unifesp
Campus Guarulhos

andrei_vanin@yahoo.com.br

Orientador
Cesar Ribas Cezar

Palavras-chave
Ente. Duns Scotus. Univocidade. Infinito. Metafísica.

A comunicação objetiva analisar o modo pelo qual João Duns Scotus define o conceito ente infinito (*ens infinitum*). “Ente” para Scotus é um termo unívoco, caso negado por Aristóteles. Deste modo, num primeiro momento, aponta-se o porquê de “ente” ser considerado por Duns Scotus o sujeito da ciência metafísica. Para Scotus “ente” é um conceito anterior ao par substância-acidente, na medida em que é pressuposto por esses dois conceitos, e não se subordina a categoria alguma, já que se divide antes em finito e infinito do que nestas. Sendo assim explicita-se o motivo pelo qual “ente” é entendido como um transcendente. Já no segundo momento, reconstrói-se o caminho argumentativo de Scotus para provar a univocidade do conceito “ente” (*ratio entis*), explicitando como tal conceito pode ser predicado univocamente tanto de Deus como das criaturas. Para isso, se faz necessário analisar as quatro classes das noções transcendentais, a saber: o ente, os atributos conversíveis, os atributos disjuntivos e as perfeições puras. Feita tal análise, detêm-se nos atributos disjuntivos explicando a funcionalidade destes na filosofia de Scotus. Com tal explicação, conclui-se apontando para o caráter positivo da disjunção entre ente finito e infinito, procurando explicitar o motivo pelo qual conceber a noção de infinito como uma “proporção não determinada” implica em conceber tal conceito a partir de uma nova noção de modalidade, expressa pelo princípio de plenitude: “nenhuma possibilidade genuína permanece para sempre não-realizada”.

Intencionalidade e consciência na *Ideia da Fenomenologia*

Andressa Alves Souto
Mestranda em Filosofia
UFSCar
CAPES

andressasouto@
hotmail.com

Orientador
Prof. Dr. Bento Prado Neto

Palavras-chave
Imanência; transcendência;
constituição; intencionali-
dade; consciência.

A intencionalidade é definida por Husserl como uma característica essencial de certas classes de vivências, nomeadamente aquelas em que temos consciência de objetos de algum tipo. Vivências que possuem esta característica são identificadas como tendo a propriedade da intenção, que consiste na referência a algum objeto segundo o modo da representação ou algum outro modo análogo. Uma vez que a intenção pode ser definida como a propriedade de uma vivência (ou ato) de se referir a um objeto, podemos afirmar que ela estabelece uma relação entre um sujeito consciente e um objeto de consciência. Segue-se daí a grande questão da intencionalidade: a questão da referência objetiva do conhecimento. É com este questionamento que Husserl dá início às suas lições de 1907 sobre *A Ideia da Fenomenologia* e será também em torno deste problema que todo o argumento do texto se desdobrará. Por que, no entanto, a objetividade do conhecimento deve ser vista como problemática? A perspectiva de Husserl é de que a intencionalidade começa a ser vista como problema e, mesmo, como “enigmática” se, e somente se, refletirmos sobre ela com uma determinada noção de representação subjacente. Tal concepção consistiria na ideia de que a imanência da consciência pode ser identificada a representações que funcionariam como substitutos intra-mentais para objetos de referência. Diante disso, todo o percurso das lições de 1907 se move em torno da desconstrução desta noção clássica de representação, mediante o procedimento da redução fenomenológica. Tendo em vista estes aspectos, meu objetivo no presente trabalho é apresentar a análise intencional desenvolvida na *Ideia da Fenomenologia*, procurando elucidar os conceitos e problemas fundamentais relacionados ao tema, de acordo com a abordagem husserliana. Para tanto, me centrarei especialmente na quinta lição desta obra, recorrendo também, para fins de clarificação, às *Investigações Lógicas* e às *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*.

A perspectiva da totalidade na reconstrução estética do homem em Schiller

**Bruno Moretti Falcão
Mendes**
Universidade Federal
de São Carlos
PPGFIL / CAPES – Mestre

brunomorettifm1981@
gmail.com

Orientador
Wolfgang Leo Maar

Palavras-chave
Totalidade, estética,
humanização.

Este trabalho procurará ater-se à perspectiva da totalidade desenvolvida por Schiller em *Educação Estética do Homem*, revelando a natureza e as possibilidades de sua crítica à problemática da fragmentação do sujeito em sujeito do conhecimento e sujeito ético-prático. Em *Educação Estética do Homem*, Schiller buscaria superar a dualidade estabelecida entre o aspecto contemplativa da teoria do conhecimento e a atividade individual do sujeito ético trabalhada sob o domínio do objeto reificado, por meio da reconstrução do espírito humano na formação artística, que permitiria o *jogo* entre o domínio do entendimento e da sensibilidade. A arte, enquanto educação estética poderia reestabelecer a totalidade do homem, um ideal do belo enquanto realização da razão nos termos de humanização do homem em toda a sua plenitude, como conceito que contem a forma viva na relação entre consciência e realidade. Ao final, apontaremos os limites e insucessos da crítica schilleriana ao equacionar concretamente o problema do sujeito e da substância.

Conceito, vida e natureza humana no debate entre Chomsky e Foucault

Caio Souto
Doutorando em Filosofia
UFSCar - CAPES

caiosouto@ufscar.br

Orientadora
Thelma Silveira da Mota
Lessa da Fonseca

Palavras-chave
conceito; vida; natureza
humana; Chomsky;
Foucault.

No debate com Chomsky, Foucault diz que “a ideia de vida não é um *conceito científico*; ela tem sido um *indicador epistemológico* de que as funções classificatória e delimitadora, além de outras, influenciaram as discussões científicas, e não aquilo do que elas estavam tratando”. Propomo-nos analisar tal distinção entre um *conceito científico* e um *indicador epistemológico*, a propósito da ideia de vida. Com isso, esperamos constituir elementos para compreender um dos aspectos possíveis quanto à relação entre conceito e vida em Foucault, aproximando-se das demais obras do período da arqueologia, principalmente *O nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966).

A interpretação de Hegel sobre Descartes nas Lições sobre História da Filosofia

**Carlos Gustavo Monteiro
Cherri**
Universidade Federal de
São Carlos - UFSCar
Mestrado em Filosofia

gucherri@yahoo.com.br

Orientador
Prof. Dr. José Eduardo
Marques Baioni

Palavras-chave
Hegel, Descartes, filosofia.

Segundo Hegel, a Filosofia Moderna se inicia com Descartes. Dentre numerosos pensadores do período moderno, por exemplo, Francis Bacon e Jacob Böhme, mencionados pelo próprio Hegel, em *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie* (Lições sobre história da filosofia), por que Hegel escolhe Descartes como o precursor da Filosofia Moderna? Por isso, se faz necessário interrogar: quais são as consequências de tal afirmação no interior das categorias para a interpretação da concepção hegeliana da História da Filosofia? A pertinência dessa questão está no significado peculiar da disciplina de História da Filosofia, tal como compreendida por Hegel. Em *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*, Hegel afirma que Descartes, ao tomar o pensamento como ponto de partida de sua filosofia e estabelecer como proposição primeira a renúncia dos pressupostos, por meio da dúvida, institui um “começo absoluto”. Nesse sentido, o objetivo da apresentação é acompanhar o percurso que Hegel percorreu para ler Descartes, demonstrando como a dúvida exerce a função de ruptura com a “filosofia da exterioridade”. Mesmo que Hegel critique a filosofia cartesiana por tomar a subjetividade ainda de modo abstrato, o próprio Hegel destina um “lugar” privilegiado, uma posição de destaque para Descartes, por “recomeçar”, desde os fundamentos, toda a filosofia e por estabelecer o princípio que determinaria toda a discussão de filósofos posteriores (Kant e Spinoza), a saber, a unidade entre o pensamento e o ser. Considerar-se-á também como tal unidade é apresentada por Descartes pela ideia de Deus, apontada por Hegel como um pressuposto.

O discurso para além da palavra: entre o artifício e a natureza

Carolina Ribeiro Paraíso Araujo
Mestranda pela PUC-SP
Bolsista CNPq

**carolinarpa@
hotmail.com**

Orientador
Prfa. Dra. Maria Constança
Peres Pissarra

Palavras-chave
Linguagem, Retórica,
Artificialidade e Natureza.

Ao discorrer sobre a questão do discurso, na perspectiva dos escritos filosóficos de Isócrates, Nietzsche e Diderot, tentaremos realizar um breve olhar perante a temática da linguagem. Nossas reflexões têm por objetivo indagar, o que se referente à palavra e ao discurso apresentados pelos filósofos. Temos em mãos uma tarefa um tanto complexa e que cabe antes de qualquer coisa compreender um tempo e espaço, em contextos, mundos, situações históricas e sociais de grandes disparidades entre o pensamento filosófico de cada um, ou seja, o lugar de onde se fala. Assim sendo o intuito é trabalhar com os pensamentos dos três filósofos, para que possamos ampliar o modo de compreensão sobre a problemática do *dizer*. Nosso texto tende fazer apontamentos, os quais julgamos de relevância para uma singela análise, não queremos, contudo finalizar ou esgotar o assunto. A noção da linguagem que trataremos tenta perceber a palavra como fonte de valorar ou transvalorar uma ideia, algo ou alguém em um determinado cenário, seja em meio à sociedade, ao que diz respeito ao *ethos*, política ou no âmbito teatral. Para que isto seja possível, é preciso compreender as relações e a natureza humana, que são consolidadas pelos conceitos e no uso das palavras (escrita e discurso). Portanto, adentraremos no campo dos jogos de poder, ações, convencimentos que podem e devem ser usadas a partir de referências contidas no agir natural e com artificialidade.

Goodman contra a semelhança na representação pictórica

Chiyoko Gonçalves do Nascimento Oliveira
Mestrando pela UFG
bolsista CAPES

**chiyoko.goncalves@
gmail.com**

Orientador
André da Silva Porto

Palavras-chave
Nelson Goodman,
representação,
semelhança, realismo.

Pretendo neste artigo delinear alguns pontos da teoria da representação apresentada por Nelson Goodman em seu *Languages of art*. Minha intenção é ressaltar seu lugar dentro de uma semântica da imagem, ou figura, e a equivalência da representação pictórica com a descrição linguística, realçando seu valor como forma denotativa. A noção de semelhança que é decorrente de uma abordagem que ele pretende refutar é um dos pontos centrais, uma vez que essa noção seria condição suficiente de avaliação de sua representatividade frente a um objeto. Há também a necessidade de avaliar certas ideias em sua filosofia referentes a uma concepção convencionalista da construção da figuração, em que toda a figuração pictórica não é mais que uma construção convencional em que certos elementos são dispostos num determinado ordenamento que é determinado normalmente pelo artista e não pertence a lugares comuns do realismo estético, como, por exemplo, a noção de “olho inocente”, refutada por ele também através de severa crítica a noção de semelhança, que ocorrerá visando o ataque a ideia de propriedades que seriam compartilhadas entre objetos, atacando também a noção de dado que seria construída de fora a dar a esses objetos um lugar de privilégio na noção de semelhança, salvando-a. Atacando a noção de dado o autor destrói qualquer chance de a representação figurativa salvar a noção de semelhança como forma de construção realista da figuração. Partindo disso, desenvolve a ideia de que a própria pintura em perspectiva, assim como a escultura, seguiria apenas convenções que atribuísem a elas uma falsa ideia de espelho da realidade. Para o autor, a figuração possuirá também a forma de uma denotação, e, como tal, possuirá valor referencial, não apenas artístico, o que transforma sua teoria não apenas num braço não usual da estética, mas também da filosofia da linguagem e da epistemologia, é inclusive dado ao tratamento da imagem o mesmo que seria dado a um enunciado, podendo ser analisado tal qual qualquer enunciado sob jugo da filosofia analítica.

O livre-arbítrio em John R. Searle: uma contraposição do naturalismo biológico ao fisicalismo e ao funcionalismo

Daniel Pires Nunes
Universidade de Caxias do
Sul – UCS
Mestrando em Filosofia
CAPES

**daniel.nunes@
erechim.ifrs.edu.br**

Orientador
Everaldo Cescon

Palavras-chave
Naturalismo biológico;
Funcionalismo; Livre-
-arbitrio; Intencionalidade;
Fisicalismo.

Há como compatibilizar a tese determinista de que as ações são determinadas por estados físicos causais suficientes com a do livre-arbítrio que defende que algumas ações não são? Qual seria o status ontológico do livre-arbítrio? É então possível criar artificialmente (inorganicamente) seres capazes de livre-arbítrio? Estas são as questões que esta pesquisa pretende abordar contrapondo as posições funcionalistas, as fisicalistas e a de Searle sobre a possibilidade ou não do livre-arbítrio. Primeiramente definir-se-á o que se entende por livre-arbítrio e se sintetizará o naturalismo biológico. Então caracterizar-se-á de forma geral os posicionamentos fisicalistas na filosofia da mente e tratar-se-á de como a questão do livre-arbítrio surge e pode ser crucial para tal corrente de pensamento. Analisar-se-á então a concepção fisicalista da mente quanto à questão do livre-arbítrio. Posteriormente, submeter-se-á as teses funcionalistas ao mesmo processo. Após, analisar-se-á a teoria de Searle acerca da ontologia da consciência e da mente dando especial enfoque à intencionalidade e observando as similaridades e diferenças do naturalismo biológico em relação ao fisicalismo e ao funcionalismo. Isto porque estas duas posições não conseguem dar conta da intencionalidade, o que as torna, em uma primeira análise, incompatíveis com o livre-arbítrio. Ademais, se para tais correntes da filosofia da mente os estados cerebrais são causalmente suficientes para a tomada de decisão, a incompatibilidade com o livre-arbítrio fica reforçada. Então contrapor-se-á as três correntes afim de examinar a possibilidade do livre-arbítrio e então avaliar suas implicações éticas. Então, mesmo que a questão ainda fique em aberto, verificar-se-á que o livre-arbítrio parece não encontrar espaço no cenário que as correntes do fisicalismo e do funcionalismo apresentam. Então, após a contraposição crítica de tais teorias no que toca ao livre-arbítrio, serão avaliadas as suas implicações éticas. Verificar-se-á ainda quais implicações a questão do livre-arbítrio tem acerca da possibilidade ou da impossibilidade da existência da inteligência artificial forte. Enfim, analisar-se-á se o naturalismo biológico de John Searle, comparado ao fisicalismo e ao funcionalismo, oferece uma maior possibilidade de compatibilização do livre-arbítrio com o princípio da causalidade.

A geometria e o pensamento hobbesiano

**David Emanuel de Souza
Coelho**
Universidade Federal de
Minas Gerais
Bacharel em filosofia
(atualmente cursando o
mestrado em filosofia)
Capes/Reuni

**continum2@
yahoo.com.br**

Orientador
Ivan Domingues

Palavras-chave
Thomas Hobbes, Geome-
-tria, Filosofia geométrica,
Filosofia moderna.

Um tema pouco explorado no estudo da obra hobbesiana é o papel ocupado pela geometria em seu interior. Em geral, é dito apenas que Hobbes fez uso do “método geométrico”, sendo entendido que esse “método” seria idêntico ao cartesiano. Em minha pesquisa de mestrado na UFMG, a qual está no último ano, tenho tentando mostrar que a presença da geometria no pensamento de Hobbes vai muito além de um mero uso “metódico”. Na verdade, Hobbes absorve a geometria e articula seu pensamento a partir dela. Método é um conjunto de regras para bem conduzir a busca pelo conhecimento, possuindo uma característica eminentemente epistemológica. O que Hobbes entende por “método” não passa por aí, mas sim, fundamentalmente, pelo sentido original da palavra, isto é: caminho. Nesse sentido, método, para ele, não é um conjunto de regras para conduzir a busca pelo saber, mas o próprio processo de conhecimento. Isto é, método, para ele, é o próprio movimento da razão. Contudo, a razão pode se movimentar de duas formas: ou indo das causas para os efeitos, ou dos efeitos para as causas. No primeiro modo, trata-se do método sintético. No segundo, do método analítico. De modo idêntico, a geometria possui um duplo movimento, indo dos postulados às figuras e das figuras aos postulados. Trata-se da análise e síntese, mas no interior da geometria. A presença da geometria no pensamento de Hobbes, porém, vai além deste ponto particular. A sistematicidade geométrica é visível no pensamento do filósofo inglês, onde cada instância do saber é articulada com as outras e recebe fundamento dela. Além disso, o construtivismo, que tanto marca o pensamento hobbesiano, sobretudo no âmbito da política, possui raízes na geometria, pois esta é fundada no processo de construção das figuras a partir de axiomas. Explicitar a presença da geometria no pensamento hobbesiano será meu objetivo na comunicação.

Sensibilidade em Diderot – uma relação
entre o *Sonho de d’Alembert*
e o *Paradoxo sobre o Comediante*

David Ferreira Camargo
Mestrando
UFSCar – Capes

cabodvd@gmail.com

Orientador
Luís Fernandes dos Santos
Nascimento

Palavras-chave
Sensibilidade, Diderot, ma-
terialismo, modelo ideal,
bela arte

A sensibilidade é tema principal tanto no *Paradoxo sobre o Comediante* quanto no *Sonho de d’Alembert*. Embora, à primeira vista, essas duas obras de Diderot pareçam tratar de assuntos distintos a relação que buscaremos entre elas deve ser entendida como a procura de um acordo entre as concepções de sensibilidade. Entendemos que a sensibilidade é uma propriedade da matéria e também daquilo que se chama ideia. No *Sonho*, o ser vivo é um objeto natural que para Diderot depende de uma organização da matéria. Essa organização natural só é possível porque a sensibilidade é uma propriedade inerente à matéria. Por outro lado, a mente humana é capaz de infundir na matéria uma organização que não é natural, o que resultaria em um objeto artístico, uma obra de arte. Forjada pela arte essa organização de ideias seria capaz de provocar uma sensibilidade no espectador através da ilusão, porque objeto da arte não sendo natural é, por assim dizer, “um falso objeto”. O fundamento da verdade objetiva, portanto, reside na natureza, na matéria. Todavia, ao imitar a natureza, a bela arte conduz o espectador a ideia do que é verdadeiro. Com isso, há uma tensão objetiva: o objeto natural é material, mas isso só se tornaria visível ao espírito humano através da obra de arte cujo fundamento é um modelo ideal.

A “crítica ensaística” e o “Humanismo”:
o inconsciente político no *Prefácio a Shakespeare*

Diego de Castro
UFSCAR/ Mestrado

diegodecastro2004@
yahoo.com.br

Orientador
Carla Alexandra Ferreira

Palavras-chave
Literatura, Filosofia, John-
son, Shakespeare.

Os intelectuais e pensadores do século XVII e XVIII das grandes cidades da Europa escreviam suas ideias na forma de ensaio. O gênero ensaio era um dos formatos mais viáveis para propagar as ideias Iluministas e os ideais da classe burguesa em ascensão, pois a burguesia crescia, e com ela crescia os burgos (cidades), consequentemente aumentando o número do público letrado e leitor. Com isso, se formava um mercado lucrativo para os editores, que publicavam cada vez mais livros e jornais. O gênero ensaio teve seu auge nessa época, pois seu formato era compatível com as exigências mercadológicas. Samuel Johnson escreve *Prefácio a Shakespeare*, um ensaio crítico sobre a obra de Shakespeare com base nas ideias humanistas, justamente nesse contexto histórico. O que é importante ressaltar nesse ensaio é o caráter generalizador e idealista do humanismo, em relação a uma crítica ensaística regida pela produção literária de mercado. A seguinte comunicação tem como objetivo a aproximação do método filosófico e do literário, a partir de uma análise dialética desses dois elementos, a saber, a crítica ensaística e o humanismo, a fim de desmascarar suas relações no ensaio *Prefácio a Shakespeare*.

Verdade e linguagem em Heidegger: notas de *Ser e tempo*

Diogo Sene

Mestrando
UNESP – Campus de Marília
Faculdade de Filosofia e Ciências
Bolsista Capes

senediogo@yahoo.com.br

Orientador

Clélia Aparecida Martins

Palavras-chave

Linguagem, Verdade,
Heidegger.

Servir-nos-emos do diálogo de Heidegger com a obra primordial da metafísica, escrita por Aristóteles, a saber, “*Μετά τα φυσικά*”. Para então, entendermos a importância e relevância da discussão que será posta pelo filósofo durante todo o seu pensamento, a questão do ser, ou do sentido do ser como Heidegger denominada. Temos como objetivo do presente trabalho a realização de uma análise e conceituação geral das noções de linguagem e verdade presentes na obra *Sein und Zeit* (1927), de Martin Heidegger. Para tal objetivo, discutiremos os pressupostos da investigação hermenêutica, realizada pelo filósofo na sua obra magna, pretendendo perscrutar o alcance da analítica existencial, através da análise do Dasein. Essa inclui, no tangente as formas existenciais, a compreensão, a disposição e o discurso. Estes diversos modos da abertura do ser-no-mundo, confluem para os temas tradicionais da filosofia, verdade e linguagem, que são agora parte dos dispositivos existenciais e, portanto, devem ser abarcados pela analítica existencial. Porém, esses conceitos possuiriam papel secundário na obra, frente à análise do Dasein (isto, segundo comentadores de Heidegger). Para investigar tal fato e, averiguar essa hipótese, iremos considerar principalmente os parágrafos § 33, § 34 sobre a linguagem, e § 44 no tocante a verdade.

Sentido sem referência e o projeto logicista de Frege

Elliot Santovich Scaramal

Mestrando – UFG
bolsista CNPq

santovichscaramal@gmail.com

Orientador

Thiago Suman Santoro

Palavras-chave

Sentido sem referência;
Gottlob Frege; Operador
“/”; Sentido proposicional;
Condições de verdade.

No artigo médio “Über Sinn und Bedeutung” (1892), Frege oferece uma nova proposta de resolução do problema das diferenças de valor cognitivo entre sentenças das respectivas formas “ $a=a$ ” e “ $a=b$ ”, que repousa sobre a introdução, por parte do mesmo, de uma nova dimensão semântica, distinta dos meros sinais linguísticos e daquilo pelo que eles estão. Essa introdução se manifesta na assunção fregeana de que a atribuição de um nome próprio a um objeto é mediada por uma descrição associada ao mesmo ou de que nomes próprios ordinários são termos singulares de referência indireta. Ademais, no mesmo artigo, Frege amplia a sua clivagem do conteúdo semântico de nomes próprios também para expressões insaturadas e outras sentenças. Nesse mesmo artigo, Frege estipula que um sentido não assegura uma referência e que, portanto, um nome próprio, embora tenha um sentido associado a ele, pode não referir. Ademais, ao admitir que o sentido e a referência de uma sentença são formados composicionalmente, tão cedo algum constituinte do sentido da sentença não refira, a mesma não possui valor de verdade. Em “*On Denoting*” (1905), Russell critica os resultados da abordagem do artigo supracitado, acusando-o de violar o Princípio do Terceiro Excluído, ao admitir que hajam sentenças, bem-formadas, com sentido, porém, sem valor de verdade. Por exemplo, se, em uma sentença singular, o nome próprio que seria o sujeito da mesma, não refere. Russell sugere, como alternativa, sua Teoria das Descrições. Na presente comunicação, tentaremos mostrar que, malgrado o artigo de 1892 deixar Frege sujeito às críticas de Russell, as definições do operador “\” (§11), por uma observação acerca da noção de função (§8) e de pensamento (como a expressão das condições nas quais uma sentença denota o Verdadeiro, §32) nas “*Grundgesetze der Arithmetik*” (1893), texto que encarnaria tecnicamente o projeto logicista de Frege, ao barrarem tanto formação de nomes próprios sem que a descrição associada a eles seja satisfeita com unicidade quanto a formação de sentidos distintos para sentenças com as mesmas condições de verdade, preserva o Princípio do Terceiro Excluído assim como escapa à introdução de quaisquer elementos psicológicos ou mentalistas em sua semântica.

Sobre o maquiavelismo europeu nos séculos XVI e XVII

Eugênio Mattioli Gonçalves
Universidade de São Paulo (USP)
Bolsista de mestrado (CNPq)

pu2wik@gmail.com

Orientador
Sérgio Cardoso

Palavras-chave
Maquiavelismo, Maquiavel, razão de Estado, Estado moderno

A partir de *O Príncipe* (1532), livro que se espalha rapidamente por todo o continente europeu, ‘Maquiavel’ e ‘maquiavelismo’ se convertem em expressões gradualmente utilizadas como sinônimos, mas de real significado cada vez mais distinto. Tomando por base passagens polêmicas do livro, como os discursos sobre os usos da crueldade (capítulo VIII), da maldade (XV) e da mentira (XVIII), seus interlocutores da Contra-Reforma passam a reforçar uma imagem que pouco a pouco vinha surgindo: a de Nicolau Maquiavel como um pensador demoníaco, e de sua teoria (o ‘maquiavelismo’), um punhado de escritos do mal. Toda uma literatura da época, assim, especialmente na Itália e na França, encontra nas passagens do florentino – especialmente nas referidas à conservação do poder de um governo – o ícone maior do que viriam a considerar como *a razão do inferno*. Comentar brevemente o referido debate, buscando esboçar suas origens e conseqüências, é o intuito desta apresentação.

Hegel e a Consciência Infeliz: no judaísmo, cristianismo e no ascetismo

Fábio Luís Rodrigues Figueredo
Pós-Graduando em Filosofia pela Faculdade Vicentina de Curitiba; Departamento de. Órgão de fomento: FAVI

luisfigueredo10@hotmail.com

Orientador
Prof. Dr. Geraldino Alves Ferreira Netto

Palavras-chave
Hegel, Consciência infeliz, Judaísmo, Cristianismo, Ascetismo.

Este artigo procura compreender porque a “Consciência infeliz” encontra-se cingida e infeliz na Fenomenologia do Espírito de Hegel. Nessa pesquisa, um caminho hermenêutico fez-se presente no filósofo Jean Hyppolite, na Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito, o qual faz um extenso comentário sobre a consciência infeliz. Para esse pensador francês, a consciência infeliz passa por três momentos decisivos: a consciência infeliz no mundo judaico, no cristianismo e no existir do asceta, seu estágio final. No judaísmo, a consciência infeliz se revelará como transcendente, em que o homem coloca fora de si sua essência, enquanto para o cristianismo a consciência infeliz terá a ilusão de ter o absoluto consigo na figura de Cristo histórico, mas essa experiência é apenas algo efêmero e fugaz e, portanto, a consciência continuará infeliz. Por último, na experiência do asceta, a consciência infeliz terá seu momento trágico da anulação absoluta de si, na tentativa desesperadora de reconhecimento, mas resultará em malogro. O mais interessante desse trabalho é perceber que, por detrás desses momentos da consciência infeliz, revelar-se-á o pensamento dialético na própria consciência de si, que, em seu último estágio trágico, despontará para a superação da consciência, que se descobrirá como razão.

A explicação da sensação em geral e sua correlação com a exposição acerca dos sentidos particulares para Aristóteles

Felipe Calleres
Mestrando UFSCar
CAPES

fcalleres@yahoo.com.br

Orientador
Marisa Lopes

Palavras-chave
Aristóteles, Sensação, De
anima, Preservação.

Neste trabalho pretendo explorar a possibilidade de interpretar a sensação como uma preservação conforme Aristóteles a apresenta em *De anima* II, 5. Segundo essa perspectiva a sensação ocorreria de acordo com um limiar em que o órgão do sentido suporta certa intensidade dos sensíveis que ele está apto a perceber. Se a intensidade do estímulo é muito forte para o sentido não há preservação do sentido e, logo, não há sensação. O argumento para justificar essa interpretação está na descrição detalhada que Aristóteles faz de cada um dos sentidos particulares, de modo que é necessário acompanhar como a sensação ocorre em cada um dos cinco sentidos para que possamos compreender o que significa dizer que a sensação é a preservação do sentido, que é em potência semelhante aos sensíveis. Cada sentido é uma *capacidade* e um órgão e ambos formam uma unidade, ainda que suas definições sejam distintas, então, a prova que a sensação de fato se identificaria com a noção de preservação está na formação de cada sentido, os quais devem operar de maneira que neles não ocorra uma alteração, mas sua capacidade de receber as formas sensíveis sem a matéria deve ser preservada em relação ao órgão do sentido, pois a destruição do órgão do sentido ocasiona consequentemente a perda da capacidade perceptiva.

O papel dos sentimentos e o paradigma da representação na música por Eduard Hanslick

Felipe Thiago dos Santos
UNESP – Mestrando
FAPESP

felipefilosofia@marilia.unesp.br

Orientador
Prof. Dr. Márcio Benchimol
Barros

Palavras-chave
Hanslick, música, senti-
mentos.

Enquanto principal referência no âmbito da estética musical, Eduard Hanslick foi conhecido em seu tempo principalmente pelo seu embate com Richard Wagner. Mais do que um ataque às ideias do séquito wagneriano, o crítico vienense tem como objetivo de sua obra submeter sobre interrogatório os principais elementos constituintes das estéticas musicais do século XIX, a começar pelo papel dos sentimentos na música e o paradigma da representação da mesma. É, pois, em *Do Belo Musical* que Hanslick passa a se questionar: pode a música representar determinados sentimentos? Os sentimentos, tal como a representação que os acompanha, são o conteúdo da música? Nosso objetivo nesta comunicação será esmiuçar as principais ideias defendidas pelo crítico musical, salientando que, para Hanslick, não há uma exclusividade espacial dos sentimentos na subjetividade humana, tal como não há a possibilidade de se determinar os sentimentos através dos efeitos que eles causam no sujeito. Ao contrário disso, Hanslick afirma que os sentimentos são condicionados por representações, juízos, enfim, por todo o conjunto do pensamento intelectual e racional, a que se costuma contrapor o sentimento como algo antagônico. A música, como mostra Hanslick, é incapaz de tomar para si a representação dos conceitos, pois esses são de ordem diferente, por outro lado, só pode haver uma determinação dos sentimentos, quando estes se sujeitam a um vocabulário conceitual, isto é, a determinação dos sentimentos repousa em seu núcleo conceitual, por isso, à música não cabe representar sentimentos, assim como estes não podem ser definidos como o conteúdo dela.

A crítica da cultura de Walter Benjamin

Fernando Augusto Bee Magalhães
UNICAMP
Mestrando em Filosofia
FAPESP

fernando.a.bee.m@gmail.com

Orientador
Prof. Dr. Marcos Nobre

Palavras-chave
Crítica da cultura, reprodutibilidade técnica, cultura de massa.

O objetivo desta apresentação é o diagnóstico de Walter Benjamin sobre a cultura de massa e a arte moderna, que se inclui sob a sua crítica à sociedade moderna, a qual entendo por crítica da cultura, em contraste com a crítica da ideologia desenvolvida por Marcuse, Horkheimer e Adorno. Recorrerei primeiramente ao diagnóstico da crítica da ideologia sobre a relação entre a cultura de massa e a arte moderna para entrar no debate que estava em vigor no Instituto de Pesquisa Social durante a década de 30 e para auxiliar no esclarecimento e na compreensão da peculiaridade e da originalidade do modelo crítico benjaminiano. Após mostrar que a crítica da ideologia entende que a (i) autonomia do indivíduo e (ii) a autonomia da técnica artística são os fundamentos da arte moderna, me dedicarei as diferenças desta compreensão para aquelas do diagnóstico de Benjamin, dando especial atenção e foco à reprodutibilidade técnica, de maneira a destacar como ela constitui (i) uma revolução no paradigma da técnica artística e instaura (ii) a experiência coletiva das massas na base da arte moderna. Tendo apresentado esses pontos do diagnóstico benjaminiano sobre a arte moderna, explorarei de maneira geral os caminhos que os ligam à crítica da cultura e que acredito serem frutíferos para refletir acerca da atualidade deste modelo crítico.

Minha morte, a morte de ninguém: sobre Foucault e Blanchot

Fernando Sepe
Mestrando UFSCar
bolsista FAPESP

sepefernando@gmail.com

Orientador
Thelma Silveira da Mota
Lessa da Fonseca

Trata-se de apresentar a proximidade e a relação do tema da morte nas obras de Foucault e Blanchot. Para tanto, analisaremos a célebre distinção blanchotiana entre as duas experiências da morte na poesia de Rilke e alguns textos de Foucault que giram sobre a relação entre linguagem, medicina e morte. Três pontos principais serão trabalhados: 1) o aparecimento da morte como instância originária da finitude moderna dentro da experiência médica e literária; 2) a experiência da morte como algo irrepresentável pelo sujeito; 3) dois *ethos*, duas mortes: o imperativo trágico de ser fiel a si mesmo até o fim, morrer a própria morte; a morte como desaparecimento lírico, como apagamento na linguagem, morte anônima e impessoal. O objetivo final é sugerir como através da problemática da morte podemos situar a questão que um dia Foucault chamou de um pensamento do *fora*.

O conceito de edipianização no capítulo 2 de *O Anti-Édipo, Capitalismo e Esquizofrenia – volume 1*, de Deleuze e Guattari

Flávio Luiz de Castro Freitas

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar

f_lcf@hotmail.com

Orientador

Ana Carolina Soliva Soria

Co-orientador

Luiz Roberto Monzani

Palavras-chave

Deleuze, Guattari, edipianização, paralogismo.

Apresentação acerca de parte dos resultados iniciais da pesquisa que trata do seguinte problema: em que consiste o conceito de edipianização tal qual é apresentado no capítulo 2 de *O Anti-Édipo, Capitalismo e Esquizofrenia – volume 1*, de Deleuze e Guattari? Para Deleuze e Guattari, a edipianização consiste na repressão das máquinas desejanter e constituição do Édipo como centro do inconsciente molar. Para tanto, os autores apresentam sua própria organização acerca da obra de Freud, na qual destacam o período de produção do mesmo que está localizado entre 1897 e 1923 com a publicação de *O eu e o isso*. Esse intervalo é interpretado por Deleuze e Guattari, via Laplanche e Pontalis, como processo de descoberta e transformação do Édipo em complexo nuclear dentro da teoria psicanalítica. Dentro desse processo, são destacados dois textos de Freud em que o inconsciente molecular das máquinas desejanter é gradativamente convertido em inconsciente molar composto pelas representações do drama familiar. Os textos são os seguintes: *O caso de Schreber* de 1911 e *Uma criança é espancada* de 1919. Para Deleuze e Guattari, nessas duas ocasiões, a multiplicidade inerente às máquinas desejanter é reduzida ao triângulo parental (papai-mamãe-eu) e transformada em inconsciente molar. O núcleo dessa edipianização são os 4 (quatro) paralogismos, descritos por Deleuze e Guattari, que são operados e exercidos pela teoria e prática psicanalíticas: extrapolação, double bind, aplicação bí-unívoca e “o após”.

Considerações acerca do papel da técnica na obra de Walter Benjamin

Franceila de Souza Rodrigues

Mestra em Filosofia pela Unifesp
Pesquisa financiada pela Capes

fran.souzarodrigues@gmail.com

Orientador

Prof. Dr. Lucianno Ferreira Gatti

Palavras-chave

Mimese, Primeira Técnica, Segunda Técnica, Jogo.

Em uma nota indicativa resguardada apenas na segunda versão do ensaio “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”, ao mesmo tempo em que analisa a *mimese* como “fenômeno originário de toda atividade artística”¹, Benjamin destaca a polaridade de sua estrutura como indispensável a qualquer definição de arte: “Na mimese dormitam, dobrados estreitamente um no outro como folhetos embrionários, os dois lados da arte: aparência e jogo”². A invenção do cinema, no entanto, torna possível a atualização dialética dessa polaridade sob a qual se desdobra a *mimese*, elevando o conceito de *jogo* (Spiel) a uma constelação estética alternativa à ideia de *aparência* (Schein), em particular ao conceito de bela aparência (schöner Schein), que tem na estética hegeliana sua mais sofisticada elaboração. Nossa intenção nesta comunicação, no entanto, é analisar a polaridade *aparência e jogo* a partir de seu desdobramento em duas concepções de técnica: *primeira técnica* e *segunda técnica*. Tal como Benjamin expõe em “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”, segunda versão: “A aparência é o esquema a que mais se recorre e por isso o mais duradouro de todo modo de procedimento mágico da primeira técnica: o jogo é o reservatório inesgotável de todo procedimento de experimentação da segunda”³. E assim traçamos o objetivo desta comunicação, cuja intenção principal é, a partir do conceito de mimese, desdobrar a relação entre técnica e estética na obra de Walter Benjamin.

1. Benjamin. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica.

Tradução de Francisco De Ambrosio Pinheiro Machado, Zouk, Porto Alegre, 2012, p.74.

2. Idem.

3. Ibidem.

Marx e a tipificação do regime político republicano

Francielle Silva Cruz
Universidade Estadual de
Maringá; mestranda do
Programa de Pós-Gradua-
ção em Ciências Sociais.
Órgão de fomento: CNPq

**francielle.cruz@
hotmail.com**

Orientador
Prof. Dr. José Antônio
Martins

Palavras-Chave
França, Repúblicas, Karl
Marx.

Em *As lutas de Classes na França* e *n'O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* de Karl Marx narra os acontecimentos que, após a Revolução de Fevereiro de 1848, levaram a França a uma transição de regime político (República Constitucional – Império) via golpe de Estado, em meio a uma conjuntura política conturbada de intensa disputa entre as classes sociais e suas facções (burguesia, pequena-burguesia, proletariado) transvestidas em grupos políticos (monarquistas, republicanos, bonapartistas, socialistas, democratas, etc.) de dentro e fora do Parlamento. Esse processo que leva a uma transição brusca dos regimes, segundo Marx, deve-se, também, pelas diversas maneiras que a designação “república” foi entendida pelos diversos grupos e classes que lutaram na Revolução de Fevereiro (pela derrubada da monarquia constitucional de Luís Filipe de Orléans) e no processo posterior: a *república constitucional* é a forma política correspondente à classe burguesa; a *república social-democrata* é a forma política correspondente à classe pequeno-burguesa democrata coligada com a classe trabalhadora; e a *república social* é a forma política correspondente à classe trabalhadora. Essa tipificação de repúblicas realizada por Marx apresenta cada uma das formas políticas como correspondente a um determinado regime econômico e social; apresentar essa tipificação de repúblicas realizada por Marx, principalmente n'O 18 de Brumário, mostrando quais as distinções e características dessas diferentes formas de um mesmo regime político é o intuito do presente texto.

A filosofia do Impressionismo

**Franco Baptista
Sandanello**
UNESP, pós-doutorando

fbsandanello@gmail.com

Orientador
Prof. Dr. Wilton José
Marques
UFSCar / UNESP

Palavras-chave
impressionismo; impres-
sionismo literário; estética;
literatura brasileira.

Buscando expandir a proposta de análise filosófica de Ferdinand Alquié acerca do projeto estético do Surrealismo, como exposto em *Philosophie du surréalisme* (1977), a presente comunicação propõe-se a discutir o Impressionismo pictórico e literário enquanto conformação de “une véritable théorie de l’amour, de la vie, de l’imagination, des rapports de l’homme et du monde”. Desta forma, pretende-se esboçar as peculiaridades do Impressionismo na Europa e no Brasil sob o eixo comum da crescente fragmentação do sujeito no final do século XIX, ponto de partida tanto para a dissolução da arte romântica quanto para a reação à arte realista e naturalista. A fim de revisar e possivelmente confirmar as hipóteses de análise levantadas, elencam-se, a seguir, comentários às obras de Claude Monet, Pierre-Auguste Renoir e Eliseu Visconti, na pintura, e de Marcel Proust, Henry James, Pierre Loti e Domício da Gama, na literatura, nomes significativos da arte europeia e brasileira para a definição de uma possível filosofia do Impressionismo. Neste sentido, além de uma definição ampla, pretende-se apontar, em contrapartida, para uma revisão do Impressionismo enquanto movimento estético cujas nuances permitem revisar momentos importantes de nossa cultura, e que ainda permanecem em certa nebulosidade e indefinição teórica, como o Pré-modernismo literário brasileiro.

Sartre e o imaginário: entre a fenomenologia e a ontologia

Gabriel Gurae Guedes Paes
UFSCar, mestrando
CAPES

ggurae@yahoo.com.br

Orientador
Thelma Silveira da Mota
Lessa da Fonseca

Palavras chave
Sartre, existencialismo,
imaginário, imaginação,
fenomenologia.

Nosso objetivo é contextualizar as dificuldades fenomenológicas e ontológicas que Sartre enfrenta para distinguir imaginário e realidade, distinção essa que, segundo o filósofo francês, Husserl não conseguiu realizar. E para isso faremos uma leitura da conclusão de *O imaginário* onde Sartre, deixando de fazer psicologia fenomenológica, passa a colocar o “problema metafísico” sobre *o que é o imaginário*. O problema será enfrentado por meio de duas questões: “o que deve ser uma consciência tendo em vista que ela pode imaginar?” e “é possível uma consciência que não imagina?”. Se em *Esboço para uma teoria das emoções* Sartre mantém a posição de que uma fenomenologia pura deve colocar o mundo entre parênteses, na conclusão de *O imaginário* a consciência só pode *ser* se colocada em relação ao mundo. E o mundo real, dado a percepção, não se distingue do imaginário apenas pelo ato da consciência: Sartre recusa o idealismo husserliano. O problema da imaginação se constrói em um contexto de rompimento com Husserl que já aponta para a ontologia fenomenológica de *O ser e o nada*.

A Filosofia enquanto *Weltanschauungslehre* e seus pressupostos

Guilherme José Santini
Faculdade de São Bento de
São Paulo, Mestrando em
Filosofia

gjsantini@gmail.com

Orientador
Prof. Dr. Pedro Monticelli

Palavras-chave
Dilthey, Crítica da Razão
Histórica, Historicismo,
Neokantismo.

O problema da auto-reflexão atravessa a História da Filosofia, não sem modulações de perspectiva, ora assinalado o aspecto héxico-prático, o que tende a situar a auto-reflexão no horizonte sócio-histórico, ora assinalado o aspecto lógico-teorético, ou seja, a tarefa de avaliar as condições da objetividade da auto-reflexão. Na Modernidade o problema foi abordado, sobretudo, sob o aspecto lógico-teorético, não obstante quaisquer variações de perspectiva, entre Descartes e Kant, por exemplo. No fim do século XIX, como aponta Max Scheler, o primado da racionalidade lógico-formal sofrerá um processo erosivo por Nietzsche e Dilthey, em prol da apreciação do atributo sócio-histórico (logo, essencialmente contingente) das construções do espírito humano, logo, da própria Filosofia. Emblemática, com respeito a esse movimento nas origens da Filosofia Contemporânea, é a afirmação de Dilthey: “O homem reconhece-se somente na História, nunca através da introspecção” – donde o seu projeto de fazer da Filosofia uma *Weltanschauungslehre*; ou, dito de outro modo, de incorporar à investigação filosófica as diferentes visões de mundo manifestadas sócio-historicamente nos sistemas culturais (Arte, Religião, e Filosofia), com o objetivo de investigar a estrutura psíquica humana, onde supõe estarem radicados os atos cognitivos, a partir de suas “concreções vivenciais”, ou seja, de dar a conhecer o homem enquanto ser espiritual (logo, de assinalar quais são as condições e possibilidades da objetividade da auto-reflexão) a partir dos únicos dados a seu respeito que nos são disponíveis: as concreções sócio-históricas do mundo resultantes de sua atividade fundamentalmente radicada num complexo psíquico teleológico individual e comum. O objetivo do trabalho é apresentar os momentos principais de tal projeto, e os seus pressupostos motivacionais e fundacionais, a fim de avaliar se ele é pertinente ainda hoje, diante da Neurociência e do relativismo metodológico nas Ciências Humanas.

Uma questão acerca do espaço lógico no *Tractatus Logico-Philosophicus*

Gustavo Gueraldini Michetti
UFSCar – Mestrando
Bolsa CAPES

gusmichetti@gmail.com

Orientador
Prof. Dr. Bento Prado
de Almeida Ferraz Neto

O espaço lógico é um conceito fundamental no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Este espaço é o espaço de todas as possibilidades de concatenação de objetos em estados de coisas, ou seja, é condição de possibilidade do mundo e, além disso, de nossa linguagem. Os objetos constituem a substância do mundo – subsistem independentemente do que seja o caso – e apresentam uma forma fixa para aquilo que pode ocorrer na realidade. Os estados de coisas são complexos formados por coisas (objetos); os objetos são os elementos mais simples desses complexos. Ora, dizer que um objeto é simples não é dizer que ele possa se apresentar isoladamente. Um objeto só pode ser pensado em uma ligação com outros objetos (2.0121-2.0122), sendo assim, ele não pode ser pensado fora do estado de coisas em que ele possa aparecer ou, em outras palavras, o objeto não pode estar fora do espaço de possibilidades em que ele está inscrito. Porém, Wittgenstein nos diz que “esse espaço, posso concebê-lo vazio, mas não a coisa sem o espaço” (2.013). Com essa afirmação é possível conceber um espaço lógico em que nenhum estado de coisa se apresentasse como possível, ou seja, que haveriam objetos no espaço lógico que não estariam articulados? Mas pensar um espaço lógico vazio não vai de encontro com o aforismo 2.0121 “não podemos pensar nenhum um objeto fora da sua possibilidade de sua ligação com outros”? A nossa comunicação visará uma exposição mais “alargada” dos conceitos que envolvem essa questão, além disso, apresentaremos uma possível resposta apresentada por alguns comentadores do *Tractatus*.

Conceitos iniciais da Fenomenologia da Vida de Renaud Barbaras

Gustavo Luis de Moraes Cavalcante
DFMC, UFSCar, Mestrando
FAPESP

gutscavalcante@hotmail.com

Orientador
Débora Morato Pinto e
Franklin Leopoldo e Silva

Palavras-chave
Fenomenologia, Renaud
Barbaras, Vida, Consciência,
Fenomenologia da Vida.

O principal objetivo de uma fenomenologia da vida é o de mostrar que a consciência não é como se pensava, a saber, uma característica fundamentalmente humana, que o faria distinto dos outros animais e no limite seríamos algo além de um ser vivo. Mas na verdade a consciência humana não pode ser algo além da vida, pois ela deriva, ou melhor, tem sua própria existência derivada da vida. Cabe assim a fenomenologia da vida explicar esta consciência derivada da vida e esta relação com o mundo. O que se nota ao estudar esta fenomenologia da vida é que a vida é muito maior do que a consciência e o alcance da vida excede em muito o da consciência. Ou seja, a correlação entre vida e o mundo é muito mais profunda do que a relação entre consciência e seu objeto. Portanto para Barbaras “a humanidade não provém de algo que se acrescentaria à vida: a humanidade é a vida menos alguma coisa, sua diferença consiste numa negação”. Assim cabe a fenomenologia da vida explicar o que seja esta vida para ser algo humano, doutra maneira, o que a vida deve ser para haver um modo de vida que seja consciência de algo. Caberá o nossa apresentação mostrar e explicar sucintamente os principais conceitos da fenomenologia da vida de Barbaras e apresentar o que seja essa fenomenologia da vida com um estudo sucinto e introdutório baseado em seu livro “Investigações fenomenológicas: Em direção a uma fenomenologia da vida”,(2008/2011).

Consciência e Ego na fenomenologia de Sartre

Isadora Alcantara da Silva
Mestranda pela UFPR,
bolsista CAPES

isadora-alcantara@
hotmail.com

Orientador
Profº Drº Luiz Damon
S. Moutinho

O que se pretende abordar com esse texto são os limites da relação entre consciência e Ego tal como é descrita por Sartre no *Ensaio sobre a transcendência do ego*, de 1936. Trata-se do primeiro escrito propriamente filosófico do autor que carrega a influência dos estudos sobre a fenomenologia de Husserl aliada às suas preocupações filosóficas. A intencionalidade servirá como ponto de partida para a descrição de uma consciência purificada, que não carrega mais “conteúdos interiores”. Tal purificação se estende às investigações sartrianas do estatuto do Ego como um “habitante” dessa consciência, seja ele “formal” ou que esteja presente “materialmente”. O propósito é entender as consequências de uma abordagem fenomenológica da consciência e a fundamentação do Ego transcendente, que será realocado para fora do campo transcendentaltal, o da imanência. Depois de libertar a consciência da egologia, cabe delimitar no que de fato consiste esta fonte de personalidade, duplo individualizante de Eu (Je) ativo e sua contraparte, Eu (Moi) e, dessa forma, a constituição do ego enquanto pólo unificador de *ações, estados e qualidades*. A fim de entendermos o Ego como objeto transcendente da consciência reflexiva, é preciso que não o tomemos como sujeito das vivências ao qual elas pertenceriam enquanto predicados à X, mas como um objeto transcendente que personalizaria a nossa experiência – sem esgotar-se com a soma das vivências. O Ego, enquanto constituído por *estados, qualidades e ações*, não representa nada fora destes, pois se constitui como um pólo transcendente de unidades igualmente transcendententes. Isto significa dizer que ele permanece sempre “duvidoso”, dada a sua dependência a estes objetos psíquicos como uma totalidade concreta.

A abertura da História: Walter Benjamin lê Eduard Fuchs

João Felipe Lopes Rampim
EFLCH – Unifesp Guarulhos
Mestrando em Filosofia
Órgão de Fomento: Capes

lopesrampim@gmail.com

Orientador
Francisco Pinheiro
Machado

No ensaio *Eduard Fuchs, Colecionador e Historiador*, Walter Benjamin analisa a obra de Eduard Fuchs como exemplo da historiografia materialista de sua época. A obra de Fuchs aparece a Benjamin como portadora de potenciais para o exercício da dialética materialista, mas expressa também os entraves de uma época na qual o materialismo histórico havia sido enredado no positivismo. A social-democracia alemã da viragem do século XIX ao XX, com sua crença num “progresso” pautado no desenvolvimento técnico e industrial, negligenciara o trabalho científico do materialismo histórico no terreno da cultura. No trabalho de formação cultural (*Bildungsarbeit*) das massas que aderiam ao Partido Social-democrata da Alemanha, havia-se adotado o saber historicista como norteador. Mas o historicismo procede na neutralização do presente em sua reconstrução do passado, fechando a história na medida em que arma sua imagem do passado a partir de uma identificação afetiva com a época investigada, enquanto que o historiador materialista deve construir a imagem do passado em função do presente. Fuchs era integrante do Partido Social-democrata da Alemanha, e, enquanto tal, permanece em certa medida atado aos problemas historicistas que se alocam entre os intelectuais de seu partido. Mas Fuchs era também um colecionador – esta atividade lhe fez perscrutar saídas para a situação do materialismo histórico de sua época, e Benjamin via em suas intuições critérios de referência para toda abordagem posterior do materialismo dialético na cultura. Fuchs colecionava obras de arte que destoavam dos valores tradicionais de beleza (arte erótica e retrato deformado), e que portanto foram relegadas ao esquecimento. Ao fazer sua historiografia, expressa os problemas teóricos de seu partido, tanto advindos da história da cultura historicista quanto da crença no progresso que ali imperava, mas expressa também intuições consonantes com o empreendimento dialético de abertura da história, o qual será fundamental nas reflexões das teses *Sobre o Conceito de História*. Pretendemos apresentar e discutir como a obra de Fuchs indica, aos olhos de Benjamin, caminhos para o historiador materialista no sentido de abrir a história, viés pelo qual ele pode alimentar a luta política no presente em prol dos dominados de turno.

Os imperativos kantianos: sobre a finalidade categórica e a hipotética

João Paulo Rissi
Universidade Federal de
São Carlos (UFSCar).
Mestrando. CAPES

jp.rissi@yahoo.com.br

Orientador
Prof. Dr. Paulo Roberto
Licht dos Santos

Palavras-chave
Immanuel Kant, imperati-
vos, moral, finalidade.

A teoria dos imperativos kantianos comporta dois tipos: o categórico e os hipotéticos. Ambos possuem suas formulações, desdobramentos e implicações em relação à moralidade. O imperativo categórico, uma vez formulado com a capacidade de universalização da máxima subjetiva, contém em si a finalidade; isto é, este imperativo expressa o mandamento preciso às ações e, por justamente não ser um meio para qualquer outra coisa, contém no interior de sua formulação uma ordenação que se encerra no enunciado da máxima. Portanto, podemos dizer do imperativo categórico que ele contém, intrinsecamente, o fim, uma vez que sua formulação não admite nada além de seu próprio ordenamento. Os imperativos hipotéticos, diferentemente, são imperativos derivados de fins. E isso quer dizer que seus ordenamentos são meios para alcançar qualquer coisa que se queira. Eles buscam, extrinsecamente, qualquer fim que se deseje, já que apontam para algum fim possível ou real (imperativo da habilidade e da prudência). Assim, se, de um lado, o imperativo categórico contém em si mesmo a finalidade e, de outro, os imperativos hipotéticos contém fora de si a finalidade, restamos saber que fins são esses. Adianto que os fins dos imperativos hipotéticos são problemáticos e assertóricos. Problemáticos quando o fim buscado não é preciso e, com isso, o resultado pode ser qualquer coisa que se queira. Assertórico quando o fim a ser buscado é real. Aqui, do lado dos imperativos hipotéticos, temos fins reais (assertóricos e que se referem à prudência) e problemáticos (quando se referem à habilidade). O fim destes imperativos é pensado como ponto de chegada de uma ação que vislumbra algo além de sua própria intenção. Já em relação ao imperativo categórico, como pensar sua finalidade, uma vez que seu ordenamento não busca nada distinto de sua própria formulação? No limite, como falar de finalidade no imperativo categórico quando este, na verdade, parece ser um fim em si mesmo?

Da perda não elaborada: a melancolia em Sigmund Freud

José Gilton Paz Leite
Mestrando em Filosofia
pela Universidade São
Judas Tadeu – USJT
Bolsista da Secretaria de
Educação do Estado de São
Paulo – SEESP

giltonpaz@hotmail.com

Orientador
Prof. Dr. Hélio Salles Gentil

Palavras-chave
Melancolia; Luto; Perda.

Muitas foram as tentativas de se explicar aquilo que acomete não poucos homens desde os tempos remotos até os dias atuais. São também vastas as terminologias e adjetivos que buscam conceituar ou, ao menos, caracterizar aquilo que afeta os indivíduos que padecem a melancolia. Vazio de sentido, dor da alma, hemorragia interna, demônio do meio-dia, apatia, tristeza profunda, depressão, filha de Saturno são apenas algumas das expressões mais utilizadas por aqueles que, debruçando-se sobre a realidade melancólica, tentam nomeá-la, ainda que sem muito êxito. Seria ela, então, algo que escapa a toda e qualquer tentativa de conceituação ou, até o presente momento, existem muitos equívocos em relação à sua definição e gênese? Nosso trabalho tem o propósito de investigar, conforme Pigeaud, essa “doença mais filosófica”. Segundo Abbagnano, a melancolia é “literalmente, ânimo negro [...]. Em linguagem comum, tristeza sem motivo”. (2007, p. 759) Diante de tantas adjetivações, trabalhos e pontos de vista não poucas vezes contraditórios, buscaremos argumentar a nossa discordância à falácia da linguagem comum, defendendo que a melancolia consiste numa tristeza com causa. Delimitaremos a nossa análise da melancolia em um recorte teórico: o de Sigmund Freud, com o escrito *Luto e Melancolia*, de 1917. Apresentaremos a tentativa de Freud em esclarecer a essência da melancolia, comparando-a com a realidade dolorosa, porém normal, do luto. Assim, a melancolia é uma doença de cunho psicogênico, consequência de um luto não realizado. Freud trará pra a discussão à reação que os seres humanos possuem diante da perda. Enfim, a melancolia, para Freud será uma desmedida psíquica, que assolará o sujeito contemporâneo, em decorrência de uma perda não elaborada ou simbolizada.

Sensação e Espaço Absoluto no ensaio kantiano Sobre o Primeiro Fundamento da Distinção das Regiões no Espaço

**José Luciano Verçosa
Marques**

Mestrando pela UFSCar
Bolsista CAPES

zlvmarques@gmail.com

Orientador

Prof. Dr. Paulo R. Licht dos
Santos

Palavras-chave

Kant; Newton; espaço ab-
soluto; sensação; conceito
fundamental.

Por meio dos resultados apresentados no ensaio Sobre o Primeiro Fundamento da Distinção das Regiões no Espaço, é comum que se venha a identificar a posição de Kant com a de Newton. Isso se deve em grande parte a uma interpretação centrada simplesmente no argumento das contrapartes incongruentes, que tem como foco demonstrar a inconsistência do espaço ideal e relacional de Leibniz. Acreditamos, contudo, que essa identificação entre o espaço absoluto kantiano de 1768 e o espaço absoluto newtoniano não somente é errônea, mas também é danosa quando buscamos compreender o papel do referido ensaio dentro da economia do pensamento kantiano. Em nossa comunicação, procuraremos demonstrar a importância do argumento do corpo (que é anterior ao argumento das contrapartes incongruentes), bem como a unidade argumentativa do Ensaio de 1768 como um todo, e sua principal consequência: o rompimento de Kant com Newton. A principal consequência do rompimento de Kant com Newton é uma concepção de espaço absoluto que já se aproxima bastante daquela que será desenvolvida no período crítico: o espaço como forma da intuição. No Ensaio de 1768, essa aproximação começa a ser feita por meio da investigação fundamentada em juízos intuitivos, cuja principal consequência será a relação entre sensação e espaço (ainda que absoluto). É, por meio dessa relação, que Kant, pela primeira vez em todo o seu pensamento, começa a pensar o espaço como uma condição de possibilidade dos sentidos, que, 1768, ainda subjaz sob a nomenclatura de conceito fundamental [*Grundbegriff*].

**Juliana Abuzaglo Elias
Martins**

Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ)
-Programa de Pós Gradu-
ação em Lógica e Metafí-
sica (PPGLM) Doutoranda
em Filosofia
CAPES

jaeliasm@hotmail.com

Orientador

Prof.(a) Ethel Rocha

Palavras Chave

Dúvida, Conhecimento,
Sentidos, Descartes

A dúvida cartesiana dos sentidos na primeira meditação como elemento fundamental para compreensão das meditações metafísicas de Descartes

No presente trabalho pretendemos expor a dúvida cartesiana em relação aos sentidos apresentada na Primeira Meditação como sendo fundamental para compreender não só o projeto filosófico de Descartes na obra *Meditações Metafísicas* como um todo, como também sendo fundamental para entender o exemplo do próprio modelo de Dúvida que o pensador moderno se apóia e se utiliza para construir suas argumentações ao longo desse texto. Na Primeira Meditação Descartes nos mostra sua desconfiança em relação aos sentidos. Entretanto, este “desconfiança” ou dúvida não deve ser vista como algo aleatório ou infundado. Em outras palavras, para Descartes, a dúvida não é e não pode ser nunca, um mero ato da vontade. Pretendemos expor neste texto que a dúvida é sobretudo usada como base para a construção e reconstrução da argumentação das ideias expostas por Descartes e está assim sempre baseada em sólidos pensamentos: duvida-se de algo porque existem razões e motivos pertinentes para isso e não porquê simplesmente se deseja. Com isso é possível concluir, ao contrário do que muitos manuais filosóficos tentam expor, que Descartes, em seu projeto filosófico, antes de estar preocupado em responder aos céticos sobre a possibilidade ou não de produção de conhecimento, estava já partindo do pressuposto de que: A) é sim possível conhecer, e B) que este conhecimento independe da dimensão sensitiva. Além disso, pretendemos expor que a dúvida de Descartes em relação aos sentidos se refere apenas à produção de conhecimento do tipo científico, que é o que lhe interessa enquanto filósofo. Na mesma obra, na sexta meditação, o filósofo defende que a dimensão sensorial é capaz de produzir outros tipos de conhecimento que não o científico.

Cognição incorporada e situada e sua compatibilidade com o realismo ecológico gibsoniano

Juliana Moroni
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ
Doutoranda em Filosofia
Orgão de Fomento da Pesquisa: FAPERJ

julianamoroni@yahoo.com.br

Orientador
Profª Drª Karla de Almeida Chediak

Palavras-chave
Percepção. Ação. Informação. Affordance. Enaction.

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre os conceitos de percepção-ação e cognição incorporada e situada (CIS) no âmbito das críticas desenvolvidas por Varela ao realismo ecológico gibsoniano. No livro *The embodied mind*, Varela, Thompson e Rosh (1993) elaboram o conceito de enaction, o qual expressa que a percepção consiste em ação guiada através de estruturas cognitivas que emergem dos padrões sensoriomotores na relação corpo-ambiente. Essas estruturas cognitivas não são representadas, mas incorporadas na ação que surge do acoplamento da nossa estrutura corporal com o ambiente. Nesse sentido, apesar da abordagem de Varela et al (1993) em relação à percepção ser anti-representacionista como àquela proposta por Gibson, há divergências entre ambos no que concerne à concepção de percepção direta gibsoniana e à relação de mutualidade organismo-ambiente. Tais concepções envolvem os conceitos de invariantes, os quais segundo Gibson, são propriedades informacionais do ambiente que constituem as affordances, que por sua vez, podem ser caracterizadas como possibilidades de ação que o ambiente proporciona aos organismos. Desse modo, segundo Varela, na concepção gibsoniana, o ambiente independe do organismo, diferentemente do conceito de enaction, para o qual ambiente e organismo estão acoplados, construindo histórias evolutivas. Varela critica a posição gibsoniana devido ao fato de que para ele, Gibson elaborou a teoria da percepção a partir do ambiente, mas não do acoplamento organismo-ambiente. Nesse sentido, a relação de mutualidade entre organismo-ambiente proposta por Gibson para designar o conceito anti-representacionista de percepção direta não é adequado dado que tal conceito prioriza somente um lado relacionado ao do ambiente, deixando pendente a relação que deveria ser de mutualidade ou de acoplamento. Nesse apresentação, procuro argumentar que, ao contrário do que afirma Varela, a CIS oferece uma teoria da percepção direta na medida em que focaliza as capacidades sensorio-motoras dos organismos na sua relação de mutualidade com o ambiente. Para isso, ressaltar as características ontológicas do conceito de affordance no contexto da teoria ecológica gibsoniana, de forma a mostrar suas implicações destas diferenças para a relação de mutualidade organismo-ambiente no contexto do realismo ecológico proposto por Gibson (1986).

A relação erótica autêntica e a realização da reciprocidade em *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir

Juliana Oliva
Doutoranda
Programa de Pós-Graduação em Filosofia EFLCH – UNIFESP

julie_oliva@hotmail.com

Orientador
Profª. Dra. Rita de Cássia Souza Paiva

Palavras-chave
Simone de Beauvoir, mulher, reciprocidade.

Em *O Segundo Sexo* (1949), Simone de Beauvoir analisa a construção da “Mulher” enquanto ideal de feminilidade à luz do que ela chama “moral existencialista”. Para Beauvoir, “Homem” e “Mulher” são categorias criadas a partir do corpo humano enquanto organismo, corpo que, para a autora, não possui nenhum significado e não determina o destino do ser humano antes da criação de tais categorias e de outros valores em sociedade. Para ela, os seres humanos existem contingentemente livres e não são determinados por nada que não sejam as suas próprias escolhas em situação. A categoria “Mulher”, foco principal de *O Segundo Sexo*, reduz os seres humanos identificados como “mulher” ao seu organismo, enquanto os seres humanos ditos “homem” são direcionados a transcender as condições do próprio organismo em sua categoria. A mulher é situada como corpo, objeto, o Outro, em relação ao homem e na relação com o homem, relação sem reciprocidade, em que apenas o homem coloca-se como sujeito enquanto a mulher, cuja liberdade é contida, é permanentemente colocada como objeto. Beauvoir identifica a possibilidade de reciprocidade se os indivíduos estiverem situados de forma que possam apreender o outro e colocar-se, simultaneamente, como sujeito e objeto, como em uma relação erótica que ela chama “autêntica”. Esta comunicação pretende apresentar o que Beauvoir identifica como reciprocidade na relação erótica autêntica e suas implicações na relação homem-mulher em outros âmbitos.

A Diferença entre Mito e Alegoria na Obra Platônica

Juliano Orlandi
UFSCar/Doutorando
CAPES

juliano_orlandi@
yahoo.com.br

Orientador
Profa. Dra. Eliane Christina
de Souza

Palavras-chave
Platão; mito; alegoria.

Os intérpretes que se dedicam ao problema do mito na obra platônica se deparam invariavelmente com narrativas, cuja compreensão e categorização representam grandes desafios. O exemplo mais famoso é provavelmente a passagem inicial do Livro VII d'A *República*, conhecida tradicionalmente como Mito ou Alegoria da Caverna. O que, em primeiro lugar, perturba os comentaristas de Platão é a dificuldade que enfrentam para classificar tais narrativas e determinar se elas são relatos míticos ou não. Por um lado, elas apresentam características semelhantes aos mitos tradicionais e parecem se adequar bem às definições que o filósofo destina ao discurso mítico. Por outro, elas resistem ao parecer platônico e parecem constituir um grupo diferente de narrativas. Alguns intérpretes de Platão, Frutiger (1930) e Stewart (1905) por exemplo, se inclinaram para a segunda opção e defenderam que narrativas como a do Livro VII deveriam ser caracterizadas como alegorias e não como mitos. Outros, como Schuhl (1947) e Pépin (1970), não ratificaram tal posição e as julgaram como a mesma forma de expressão. Eis o tema que pretendo discutir em minha apresentação. Meu objetivo é contrastar as duas linhas interpretativas e verificar a possibilidade de diferenciar na obra platônica o discurso alegórico do discurso mítico.

Considerações acerca do corpo em Beauvoir

Karla Cristhina Soares Sousa
Mestranda Universidade
Federal da Bahia (UFBA)
Bolsista CAPES

karla-sousa@
hotmail.com

Orientador
Prof. Dr. Rafael Lopes Azize

Palavras-chave
Corpo; Existência; Essência.

Investigaremos a noção de corpo como situação e sua relação com a crítica ao mito do eterno feminino na filosofia beauvoireana, com o intuito de esclarecer em que medida essa ideia de corpo influenciou na desconstrução deste mito e possibilitou abertura para as pesquisas no campo da filosofia e Feminismo. Em seu ensaio *O Segundo Sexo*, Beauvoir trata diretamente com o que chama de segundo sexo, ou seja, a condição existencial do ser humano dentro da modalidade sexual de fêmea. Para tanto, dentro da linha filosófica existencial, rejeita a ideia de essência feminina. Por esta ótica o corpo aparece definido a partir da existência. É partindo da existência que se pode significar e valorar o corpo. Os dados da biologia tornam-se abstratos, a inferioridade muscular do corpo feminino surge dependente de um contexto existencial. Assim, a problemática do nossa pesquisa limita-se a questionar a noção de corpo dada pelo existencialismo beauvoireano: Qual a compreensão de “corpo em situação” no *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir? Qual a relação desta noção com a de corpo fenomênico? Em que medida esta influenciou na desconstrução do eterno feminino? Para tanto, como se trata de um trabalho de cunho filosófico, faremos uma análise hermenêutica dos ensaios existenciais da Simone de Beauvoir, em destaque o seu ensaio *O Segundo Sexo*.

A luta contínua: sobre a tensão entre autenticidade e reconhecimento na filosofia de Charles Taylor

Larissa Cristine Daniel Gondim
Universidade Federal de São Carlos
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia

larissa.gondim@gmail.com

Orientador
Prof. Dr. José Eduardo Baioni

Palavras-chave
Autenticidade, Reconhecimento, Self.

A filosofia de Charles Taylor é marcada pela análise das tensões constitutivas do *self*. Uma dessas tensões é descrita pelo autor a partir da tese de que a autenticidade, como princípio que determina 'ser fiel a si mesmo' e que substancializa o 'sentimento de existência', deve ser defendida como um ideal moral, ao contrário da tradicional visão solipsista e atomista de autorrealização e auto-determinação do indivíduo. Dessa forma, no tocante ao desenvolvimento do *self* e da identidade, ser autêntico deve levar em conta não só a estrutura dialógica da linguagem humana, mas também a importância das relações de significado com o Outro. Isso indica que o fundamento do ideal moral de autenticidade são relações de reconhecimento que, simultaneamente, complementam-se e conflitam-se em uma tensão irresolúvel que justifica, em última instância, a constituição do eu. O objetivo do presente trabalho será, através da leitura dos textos "A Ética da Autenticidade" e "A Política do Reconhecimento", ambos do filósofo Charles Taylor, analisar de que modo o autor descreve o conflito entre autenticidade e reconhecimento, para evidenciar que essa tensão é irresolúvel, não contraditória, constitutiva e indispensável na formação da subjetividade. Ao fim, buscar-se-á demonstrar que, a partir da obra de Taylor, há indícios suficientes para se afirmar que, ao lado da ética da autenticidade, existe uma ética do reconhecimento, baseada em princípios morais de reciprocidade e respeito. Dessa forma o argumento da autenticidade como ideal moral também pode ser aplicado no tocante ao reconhecimento, de modo que este passa a ser caracterizado não apenas como um conceito político.

O homem natural rousseauísta e a passagem para o estado civil

Lili Pontinta Cá
Universidade Federal de São Carlos, mestranda e filosofia
Capes

lipoca20@gmail.com

Orientador
Dra. Marisa da Silva Lopes

Palavras-chave
Rousseau, liberdade, perfectibilidade, desigualdade.

Rousseau, no Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, dedica-se a tratar de um problema filosófico, a saber: a desigualdade entre os homens como sendo artifício humano. Para fundamentar a sua teoria, ele trata de recompor a gênese da "história" humana, buscando conhecer o homem a partir de sua fase embrionária a fim de descobrir a causa desse mal social. Isso porque ele entende que o homem é naturalmente um ser mecânico cuja ação não ultrapassa suas operações mecânicas, sendo, portanto, desprovido de dons surnaturels e de toutes les facultés artificielles. Ora, esse homem é diferente do social, pois a natureza o constituiu de uma forma e as circunstâncias, decorrentes da sucessão dos tempos, acrescentaram coisas alheias à sua constituição original. Essa mudança ocorrida no homem leva à seguinte pergunta: o que levou o homem a deixar a sua condição bestial? Rousseau dirá que foi a liberdade e a perfectibilidade: a natureza opera sozinha no animal, ao passo que o homem executa suas como um agente livre e, ademais, o homem pode inventar e criar coisas através da perfectibilidade, tornando, assim, um ser capaz de laborar a natureza, deixando para trás a vida simplória que a natureza lhe propusera. Assim, o homem que agia mecanicamente pode, através da liberdade e da perfectibilidade, vir a atuar para além da sensação e do instinto e se rebelar contra os princípios preestabelecidos e invariáveis da natureza. Essa mudança ocorrida no homem o tornou senhor de suas ações. Portanto, a desigualdade entre os homens não é natural, é criação humana.

Hegel leitor de Aristóteles: a causa final aristotélica e o conceito de vida como elementos especulativos hegelianos frente ao modelo filosófico predominante na modernidade

Lincoln Menezes de França
Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

escrevaparalincoln@yahoo.com.br

Orientador
Dr. José Eduardo Marques Baioni

Palavras-chave
Hegel; Aristóteles; teleologia; vida.

Hegel constitui em seu sistema filosófico uma interpretação peculiar da História da Filosofia, em que reelabora e agrega conceitos filosóficos de outros pensadores. Sob a perspectiva histórico-filosófica hegeliana, Aristóteles é reconhecido como um filósofo especulativo, o que tem um significado profundo para Hegel, pois o especulativo é o momento lógico preponderante frente ao universal abstrato e ao dialético, assim como a teleologia é preponderante em relação ao mecanismo e ao quimismo. O filósofo alemão interpreta a causa final aristotélica de um modo que, sob o sistema hegeliano, passa a ter um papel importante na oposição hegeliana frente a algumas perspectivas filosóficas da modernidade. Nesta comunicação, pretendemos apresentar qual o papel, segundo Hegel, da causa final aristotélica em sua oposição ao modelo filosófico predominante no período moderno. Hegel, ao fundamentar-se na perspectiva finalista aristotélica no reconhecimento da preponderância do princípio teleológico frente ao mecanismo e ao quimismo na natureza, toma uma posição importante na oposição em relação a Galileu e Newton, que, segundo Puttini e Pereira Júnior (2007, p. 452), fundamentavam suas perspectivas explicativas da natureza nas causas aristotélicas formal, material e eficiente, excluindo desse modelo explicativo a causa final, que servia de base à compreensão da vida. Desse modo, Hegel, embora não exclua o mecanismo e o quimismo de sua concepção filosófica da natureza, revaloriza o aspecto teleológico, reafirmando a importância dada por ele ao conceito de vida em seu sistema filosófico.

Suicídio por Honra

Lúcio Vaz
Prof. UEAP/doutorando UFMG

lvaz@hotmail.com

Orientador
Telma Birchal

Glória e honra são extensões da imagem de si nos olhos e na opinião dos outros. Todavia, diferentemente da glória, a honra não é a promoção do próprio nome, mas sim a conservação de suas características tidas por respeitáveis e nobres. Defender a honra é manter a dignidade da identidade ou um dos traços exteriormente reconhecíveis do agente. Portanto, alguém pode realizar um auto-sacrifício por amor à glória, ao passo que, por honra e não por glória, poderá vir a cometer um suicídio, e é precisamente sobre essa possibilidade que a presente comunicação intenta se debruçar. A defesa da honra com a própria morte sempre se dá frente a uma mácula, efetiva ou possível, praticada por si próprio ou por outrem. Sob a categoria da defesa da honra, pura e simples, enquadram-se os casos de uma mancha considerada pelo próprio agente como não real, do que pode ocasionar que ele se imole ou pretendendo evitar uma ofensa ainda não concretizada ou objetivando desmanchar a imagem de uma desonra que falsamente lhe fora atribuída ou ainda mostrar a terceiros que o estigma que sobre ele colocaram não é justo. Quando a mancha no caráter ou em sua imagem foi efetivamente praticada por outrem, o ato se reveste com o aspecto da vingança. Quando o agente se reconhece como efetivo agressor e produtor de uma chaga que se fez não só sobre uma vítima, mas sobre ele mesmo, temos um suicídio por autopunição ou arrependimento. A comunicação procurará dar uma maior atenção a cada um desses dois últimos casos – vingança e autopunição –, mas não sem antes deslindar suicídios por honra pura e simples, ou seja, nos quais ideais vingativas ou autopunitivos não se fazem valer. A discussão proposta sobre a sustentabilidade da honra em suas diversas variantes (pura ou mesclada) na qualidade de motivadora ao suicídio nos levará a questionar as pretensões de precedência ou da auto-imagem do agente ou da sua imagem ante os outros; questionamento que levanta problemas relativos à independência do sujeito frente à sua comunidade concreta de vivências e comunicação.

A concepção sartreana da imagem

Luiz André Colonetti Bet
Instituição de ensino:
UFSCar
Órgão de fomento: Capes

**andre_nofx@
hotmail.com**

Orientador
Silene Torres Marques

Palavras-chave
consciência, intencionalidade, imaginação, percepção.

Através dos seus livros *A Imaginação* e *O Imaginário*, Sartre trabalha o problema da imagem. Na *Imaginação*, o autor critica a concepção clássica de imagem, enquanto no *O Imaginário* apresenta uma nova concepção de imagem. A imagem se distingue dos objetos da percepção, pois possui uma natureza distinta destes. A distinção se revela pelo ato intencional que os posiciona. Imaginar é um ato da consciência que põe o objeto em questão na sua ausência, é um ato da consciência que suspende a percepção. Seu objeto não possui uma existência de fato, mas uma existência irreal: “A folha que me aparece neste momento [imaginada] tem uma identidade de essência com a folha que via agora há pouco [percebida]. [...] Só que esta identidade de essência não é acompanhada de identidade de existência. É exatamente a mesma folha, a folha que está agora sobre minha escrivaninha, mas ela existe de outro modo [...] Ela não existe *de fato*, existe como imagem” (*A Imaginação*, p.8). O prejuízo da tradição consiste na confusão entre as naturezas da imagem e da coisa, que faz com que seja atribuída à primeira características essenciais da segunda. Disto decorre uma série de esforços teóricos para tratar do problema da imagem. Sartre realizará um estudo sobre algumas destas doutrinas buscando tais insuficiências. Porém, ao apresentar a fenomenologia como uma possibilidade de mudança do paradigma da imagem, Sartre não só apresenta uma nova concepção de imagem, mas apresenta algumas novas características para sua noção de consciência. Cabe, então, saber de que forma o conceito de intencionalidade, bem como esta nova noção de imagem, vem a contribuir, revelando novos aspectos, à noção de consciência no período inicial do pensamento de Sartre.

Contribuições sobre a noção de ato no *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*

Luiz Fernando de Oliveira Proença
Instituição: UFSCAR, mes-
trando
bolsista: CAPES

luizf.proenca@gmail.com

Orientador
profa. Dra. Débora Morato
Pinto

Palavras-chave
duração; espaço; consci-
ência.

No *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*, Henri Bergson se propõe a fazer uma distinção bem nítida entre duas “realidades”, uma tendo como fundamento o espaço e outra a duração. É neste processo que Bergson utilizará a noção de *ato de espírito*, decisiva para o estabelecimento daquela distinção, porém não muito ressaltada ao longo dos comentários daquela obra. Assim, esta comunicação tentará expor de maneira clara como se dá a gênese daquela noção, seu desenvolvimento e sua relevância no *Ensaio*. Para isso, iremos nos concentrar em pontos principais dos três capítulos, sobretudo do segundo, quando a noção é explicitamente exposta. Ao fim deste percurso poderemos ver que a representação de um espaço vazio e homogêneo não será a forma de nossa sensibilidade - uma intuição pura - mas será o resultado de uma “atividade do espírito”. E, por outro lado, poderemos ver que a duração não é somente uma pura passividade, onde a consciência se situaria, mas também o resultado de um ato, porém de características distintas daquele que funda a homogeneidade espacial. É neste momento que outras noções, como de síntese, continuidade e indivisibilidade nos auxiliarão para a compreensão da duração como uma atividade.

Considerações sobre o conceito de sentimento em Rousseau

Luiz Henrique Alves de Souza Monzani
UFSCar – Doutorado
CAPES

luizhmonzani@gmail.com

Orientador
Prof. Dr. Luís Fernandes dos Santos Nascimento

Palavras-chave
Rousseau; sentimento;
Emílio.

Nosso objetivo para o presente trabalho é analisar como o conceito de sentimento aparece na obra de Rousseau. Esse filósofo emprega expressões como “sentimento de existência” ou ainda “sentimento de beleza”, usados como um modo de sentir a sensação, quando acompanhada de consciência. Em outros momentos, sentimento é empregado como um estado afetivo que domina o homem, como nas expressões “sentimento de dor” ou “sentimento de cólera” ou, ainda, como sentimento enquanto amor (principalmente *n’A Nova Heloísa*). Apesar de considerado por uma tradição como sentimentalista, isto é, um filósofo que supostamente defenderia uma concepção em que o homem seria governado por sentimentos em detrimento da razão, esse conceito foi seguidamente mal interpretado ou menosprezado, tal qual nas interpretações do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, em que a aproximação feita por Rousseau do homem natural a um animal selvagem, rendeu-lhe severas críticas e outros epítetos, como aquele de irracionalista. Assim, propomos analisar a questão do sentimento, bem como suas ligações com os conceitos de razão e paixão, principalmente através de algumas passagens do *Emílio*, obra que parece demonstrar uma chave de acesso para um possível vínculo entre as ideias morais, estéticas e políticas do filósofo de Genebra.

Uma interpretação pragmática da normatividade

Marcelo Masson Maroldi
Universidade de São Paulo
– Doutorado
Bolsista FAPESP

maroldi@gmail.com

Orientador
Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter

Palavras-chave
Normatividade; Pragmática;
Treinamento; Prática.

As interpretações das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein são muito variadas, especialmente em relação à discussão sobre “seguir uma regra”, permitindo análises tão distintas como aquelas oferecidas por céticos, behavioristas e cognitivistas, entre outros. O que não se nega, no entanto, é a ênfase com que o autor trata da importância do aprendizado, através de treinamento social, como algo necessário para que seres com determinadas capacidades possam vir a desempenhar as mais diversas atividades normativas próprias de suas formas de vida ou de sua cultura. Uma ideia semelhante a esta pode ser extraída da obra do filósofo Wilfrid Sellars. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo oferecer, com base em interpretações dos escritos de Wittgenstein e Sellars, uma explicação pragmática não simplista do que são as regras e das práticas reguladas por regras, tomando como os conceitos centrais da explicação os conceitos de “prática” e “treinamento”. Pretende-se mostrar que podemos entender a normatividade como um fenômeno que ocorre com agentes dotados de certas capacidades naturais e que, através de atitudes práticas e processos de aprendizado, podem vir a desenvolver as habilidades que permitem compreender e explicar sua conduta normativa como um tipo de saber normativo “implícito” no próprio comportamento, resultante do treino.

A metáfora do espelho e a ilusão
transcendental na obra kantiana:
Sonhos de um visionário e Crítica da razão pura

Marcio Tadeu Girotti
UFSCar/ Doutorado
CAPES

girotti_mtg@
hotmail.com

Orientador
Paulo Roberto Licht dos
Santos

Palavras-chave
Ilusão; Focus imaginarius;
Metáfora do espelho.

A ilusão transcendental, na obra kantiana, parece ter uma função positiva dentro do processo de conhecimento, uma vez que a razão precisa pressupor uma ilusão natural e inevitável para ascender a uma unidade do conhecimento. Nesse sentido, parece haver um paradoxo: como uma ilusão pode ter papel positivo para a busca da unidade de conhecimento? Tal paradoxo pode ser resolvido ao recorrer à metáfora do *focus imaginarius*, apresentada na obra *Crítica da razão pura* (1781/1787), quando Kant afirma que a unidade de conhecimento é uma ideia, uma espécie de *focus imaginarius* (KrV, B 672). Tal metáfora, na mesma passagem, vem acompanhada de outra metáfora “a metáfora do espelho” (KrV, B 672), que é atribuída à ilusão de ótica, que explica a formação de uma imagem no espelho: na medida em que um objeto é colocado à frente do espelho, uma imagem do objeto se projeta atrás da superfície do espelho. Esta imagem que se projeta atrás do espelho pode nos levar a uma aparente ilusão, que consiste em perceber que há um objeto real que se coloca atrás do espelho, criando em nós uma sensação aparente de que a imagem refletida está à frente e não atrás do espelho. Mesmo tomando consciência de que a imagem atrás do espelho não é um objeto real, isto não muda a existência de tal objeto como uma imagem no espelho. Ou seja, a ilusão de perceber um objeto atrás do espelho não cessa, mas nem por isso somos enganados por ela. Assim, pretendemos com nossa investigação analisar qual a função da ilusão transcendental no papel do conhecimento, procurando compreender o uso da metáfora do *focus imaginarius* e sua relação com a metáfora do espelho, uma vez que as duas metáforas parecem explicar a ilusão transcendental como natural e inevitável, ao mesmo tempo que parecem resolver o paradoxo do uso positivo da ilusão transcendental no processo de conhecimento.

Pesquisa empírica e filosofia normativa
em Axel Honneth

**Mariana Oliveira do
Nascimento Teixeira**
Bacharel, Mestre e Douto-
randa pela UNICAMP
Órgão de fomento: CNPq

mariana.on.teixeira@
gmail.com

Orientador
Prof. Dr. Marcos Nobre

Palavras-chave
teoria crítica; Axel Honne-
th; reconhecimento; cutu-
ral studies; reconstrução
normativa.

Axel Honneth está entre os mais importantes defensores de um paradigma teórico-filosófico centrado na ideia de reconhecimento. Pode-se argumentar, contudo, que a gênese teórica de *Luta por reconhecimento* ainda não foi apreendida em todo o seu potencial para a compreensão das patologias das sociedades modernas e para uma consequente revitalização da Teoria Crítica, em particular, e da filosofia e das teorias sociais, em geral. Isso se deve, em parte, a um descompasso entre a dimensão “filosófica” (que parte uma certa interpretação de Hegel) e a dimensão “social-empírica” (as análises sobre a experiência social do desrespeito) do paradigma do reconhecimento – sendo que Honneth claramente confere primazia àquela em detrimento desta. Como consequência, há um desacoplamento crescente entre as pesquisas sociais de cunho empírico e as investigações propriamente filosóficas relativas às lutas por reconhecimento. Nesse sentido, pretende-se aqui iluminar motivos que, apesar de serem fundamentais para a formulação do modelo crítico honnethiano, acabaram permanecendo quase sempre no segundo plano: os estudos de teoria social – com destaque para os *cultural studies* e a sociologia inglesa do trabalho – que de início convenceram Honneth do caráter inegavelmente *moral* das lutas sociais. Essa análise revela uma relação entre *filosofia normativa* e *pesquisa social empírica* que é mais estreita do que aparece à primeira vista nos escritos honnethianos, e que poderia ser proficuamente desenvolvida em benefício de uma teoria crítica que se pretende, ao mesmo tempo, normativamente fundada e empiricamente informada. Procura-se mostrar, finalmente, que esta frutífera ligação é, porém, gradativamente abandonada nas obras mais recentes de Honneth, nas quais análises concretas das experiências de desrespeito e de negação do reconhecimento têm ainda menos centralidade que anteriormente.

Autonomia e autotelia na estética de K. P. Moritz

Mario Spezzapria

Doutorando em Filosofia na Universidade de São Paulo
Laurea in Filosofia, Universidade de Pádua (Itália)
Bolsista da CAPES

mariospezzapria@yahoo.it

Orientador

Prof. Dr. Márcio Suzuki

Palavras-chave

autonomia; autotelia; beleza; criação; *Bildung*.

O tema da autonomia no pensamento de Moritz se desenvolve a respeito da obra de arte e em relação à atividade criativa do artista. A estética moritziana tende a insistir na forte “consistência objetiva” da obra de arte, além da *intencionalidade* subjetiva do artista que a criou. A beleza é pensada como originada pela perfeição-acabamento (*Vollkommenheit*) do objeto artístico e pela relação harmônica e completa entre as partes que o compõe. Porém a reflexão moritziana tende também a se propor como pensamento das relações e da proporcionalidade: ao refletir sobre a beleza, a atenção deve ser colocada não no objeto entendido como representação especular de uma realidade externa, fruto da *intenção* imitativa do artista, mas na “*especularidade*” mesma, e a obra de arte deve ser pensada não como *Gestalt*, mas como *Bildung*, forma formadora e „viva“. Quanto à autonomia do artista, seu operar criativo consiste em elaborar sua própria lei, a regra (não fixa, cada vez diferente) que torna a obra de arte um todo unitário e harmônico dotado de um sentido estético. É o conceito de «acabado em si mesmo» que permite de entender a relação entre os conceitos de *autonomia* do agir criativo e a *autotelia* da obra de arte. Uma coisa é acabada, com efeito, quando exprime no interior de si mesma seu próprio fim. Por isso o objeto belo distingue-se de maneira essencial daquele útil. A obra de arte exclui qualquer recurso a finalidade externa; todavia, ela não é privada de finalidade. O máximo prazer pelo belo (não o “simples” gosto pelo belo) deriva da criação perfeita e acabada da obra de arte, que é pensada de maneira análoga aos produtos naturais, pois na natureza orgânica os organismos se desenvolvem segundo leis internas, mantendo uma coerência interna.

Pudor público e representação de si em Montaigne

Mateus Masiero

Mestrando (UNICAMP)
Bolsista Fapesp

matthaeus_masierus@yahoo.com.br

Orientador

Roberto Romano

Palavras-chave

pudor público; representação de si; Ensaios de Montaigne; ética renascentista.

A relação de Montaigne com as normas do decoro é um aspecto dos *Ensaios* que comporta especial atenção; a complexidade dessa relação se deve, em grande parte, ao objeto de estudo da mencionada obra, a saber, o próprio autor. Uma vez que Montaigne pretende, ao menos supostamente, realizar uma pintura fiel de si mesmo no livro, apresentando-se “nu” a seus leitores, não se pode deixar de considerar a tensão que se coloca entre tal empreendimento e o decoro, ou seja, o código de conduta estabelecido pela sociedade em que se vive. Mostrar-se nu é uma violação de tal código, uma indiscrição da qual Montaigne está consciente, e que se fará presente em sua reflexão. Portanto, a tensão entre pudor público e representação de si é gerada pelo impasse entre respeitar ou não os costumes estabelecidos, acarretando um questionamento fundamentalmente ético: é de fato necessário acatar as normas do decoro? até que ponto pode-se violá-las e em nome de quê? como representar sua própria vida em detalhes, sem incorrer em tais violações? Tais questionamentos não se resolvem de modo explícito e unívoco, absolutamente: com efeito, a obra retoma diversas vezes a discussão acerca do pudor público e suas implicações morais, políticas e estéticas, sem, no entanto, que haja uma unanimidade entre os posicionamentos do pensador francês em cada uma das ocorrências. Desse modo, nosso objetivo nesta comunicação será analisar como se dá essa tensão entre a imposição social de seguir as normas de conduta previstas pelo decoro e a intensão do autor de representar a si mesmo em sua obra.

Reminiscência e dialética no *Mênon* de Platão

Nestor Müller
Doutorando no Programa
de Pós Graduação em
Filosofia da UFSCar

nestorfilosofia@
yahoo.com.br

Orientador
Dra. Eliane Christina de
Souza

Palavras-chave
Hermenêutica, Platão,
Mito, Reminiscência, Dia-
lética.

É notável na cultura grega antiga a vinculação direta entre a especulação intelectual e o engajamento na realidade e na ação. Isso não reduz o valor do momento especulativo, mas o ordena, colocando-o dentro do processo de uma práxis esclarecida, na qual hão de surgir novas perguntas e portanto novas cogitações. Nesse sentido, a presente comunicação quer mostrar como, no célebre passo em que Sócrates responde ao dilema posto por *Mênon* (*Mênon* 80d1 – 86c6), o mais importante é “des-cobrir” um conhecimento atual, embora esquecido, servindo a sua justificação mítica – guardamos o conhecimento de vidas passadas – como recurso para instigar a busca efetiva de um saber almejado, e não para atentar ao universo de tais vidas. O texto nos coloca diante de um trabalho presente e produtivo – visando elucidar uma ação educativa – em vez de nos fazer voltar a um passado que não volta. O mito, desse modo, expõe o fato do esquecimento e não o labor da lembrança, mas ordena logo o primeiro ao último, mantendo este entregue ao nosso empenho. E dado que a natureza do esquecimento esclarece a direção do esforço que o pode ultrapassar, o mito também oferece alguma orientação para a empresa da memória: é em nós mesmos, em nossa própria alma, que podemos encontrar as sementes daquele conhecimento que o desejo assinalou. E se olharmos o processo descrito no texto, vemos que é no relacionamento dialético que podemos efetivamente cultivar e fazer crescer e frutificar aquilo que antes estava obscuro. Trata-se, então, de aceitar o convite de Platão para avançar na busca daquele saber que é sempre um saber-fazer, e afinal um saber-fazer aquilo que importa porque tem valor dentro da *pólis*.

Nietzsche e a sua concepção de filosofia trágica entre os gregos

**Newton Pereira
Amusquivar Junior**
mestrando de filosofia na
UNICAMP/IFCH
Agência de fomento:
CAPES

newtonpa@gmail.com

Orientador
Oswaldo Giacoia Junior

Palavras-chaves
Filosofia Trágica, Nietzsche,
Filosofia Grega.

Através dos escritos de Nietzsche entre os anos de 1872 e 1873 (entre as coisas podemos incluir os fragmentos póstumos que compõem o *livro do filósofo*, o livro não publicado em vida intitulado de *A filosofia na era trágica dos gregos*, e a preleção chamada de *Os filósofos pré-platônicos*), a presente exposição pretende investigar a concepção que o primeiro Nietzsche teve sobre filosofia e a sua presença trágica entre os gregos. Em um primeiro momento, a exposição focará na reflexão nietzschiana sobre a filosofia com as seguintes questões: O que é filosofia? A filosofia se constitui enquanto ciência ou arte? Como a filosofia se relaciona com a cultura e o seu povo? O que é uma filosofia trágica? Em um segundo momento, a exposição buscará mostrar como Nietzsche notou a presença de uma filosofia trágica na cultura grega, destacando as seguintes questões: qual a relação da cultura grega com a filosofia? Como nasceu a filosofia na Grécia antiga? Por que a filosofia trágica foi possível na aurora da filosofia grega? Por que depois de Platão a filosofia deixa de ser trágica? Através dessas questões, a exposição apontará, em primeiro lugar, para a primeira concepção de filosofia que Nietzsche construiu, em segundo lugar, a exposição mostrará como Nietzsche entendeu o nascimento da filosofia, e, por último, buscaremos evidenciar o vínculo que Nietzsche realiza entre a filosofia trágica dos gregos e os pensadores anteriores a Sócrates.

O paradoxo do sexo: o estatuto da necessidade sexual na antropologia de Jean-Jacques Rousseau

Paulo Ferreira Junior
Mestrando em Filosofia
pela UFSCar
CNPq

ferreirapaulojr@
yahoo.com.br

Orientador
Prof. Dr. Luis Fernandes dos
Santos Nascimento

Palavras-chave
Paradoxo, Sexo, Antropolo-
gia, Rousseau

O presente trabalho se insere numa pesquisa de mestrado cujo objetivo geral é refletir sobre o papel da sexualidade no desenvolvimento da sociabilidade na filosofia de Jean-Jacques Rousseau. Nesse contexto, o objetivo específico da presente comunicação é analisar o estatuto da necessidade sexual em alguns dos textos em que Rousseau trabalha essa questão. Por exemplo, no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau afirma que o homem natural experimenta apenas paixões naturais segundo as necessidades puramente físicas e que os únicos bens que o selvagem conhece no universo são: a alimentação, uma fêmea e o repouso. Nesse caso, podemos inferir que o sexo é uma necessidade física e natural que poderia ser reduzida ao instinto. Porém, noutros textos, como o fragmento sobre *L'influence des climats sur la civilisation* ou o *Emílio ou da educação*, Rousseau ora afirma que a necessidade sexual é apenas um apetite associado antes ao bem-estar que à conservação, ora nega que seja uma necessidade física; Rousseau chega a negar que a necessidade sexual seja uma verdadeira necessidade. Longe de meramente apontar para uma suposta inconsistência nos textos de Rousseau, o presente trabalho busca apresentar uma leitura que situe de modo coerente o estatuto da necessidade sexual na antropologia rousseauiana e, com isso, mostrar que as contradições do pensamento de Rousseau nesse tocante são meramente aparentes. A ambivalência que recai sobre a necessidade sexual é teoricamente proposital, pois através dela o filósofo genebrino pôde estabelecer um vínculo de transição entre as necessidades humanas restritamente naturais e as necessidades humanas, por assim dizer, artificiais. Em suma, assumindo o paradoxo do sexo não como mero desvio de inconsistência teórica, mas sim como um verdadeiro método de exposição, compreende-se de que modo a sociabilidade emerge no seio da própria natureza humana.

Max Horkheimer e a fundamentação materialista de uma antropologia filosófica

Paulo Yamawake
Mestrando em Filosofia /
Unicamp / CNPq

pauloyama@gmail.com

Orientador
Prof. Dr. Marcos Nobre

Palavras-chave
Teoria Crítica; Horkheimer,
M.; antropologia filosófica.

Com este trabalho, temos o objetivo de debater a posição de uma antropologia filosófica dentro do quadro do *materialismo interdisciplinar* – o grande modelo teórico da Teoria Crítica na década de 1930 – tal como Max Horkheimer o formula. Colocamos como problema central para este debate a seguinte questão: qual seria o potencial *crítico* de uma antropologia filosófica? Isto é, como esta disciplina pode contribuir para uma Teoria Crítica da Sociedade, de modo que forneça um diagnóstico de época e que seja capaz de observar com mais precisão os bloqueios para a emancipação humana? Para responder a esta questão dois argumentos serão apresentados. Em primeiro lugar, se a antropologia filosófica, em termos gerais, se ocupa em descrever a essência humana, então tem de deixar sua fundamentação idealista; ou seja, tem de deixar de buscar uma concepção universal do ser humano, uma natureza humana imune às transformações históricas e econômicas. Por isso que Horkheimer irá realizar em “Egoísmo e Movimento de Libertação” (1936) uma antropologia da época burguesa, dentro de uma época específica e de uma classe social específica. Em segundo lugar, se o fundamento para a antropologia “crítica” tem de estar vinculado a processos materiais históricos, como compreender o que há em comum entre os seres humanos em uma determinada época? Como descobrir o que motiva os indivíduos a reproduzirem uma ordem social? Para compreender este ponto, Horkheimer recorre à elementos da psicologia social, sobretudo à apropriação materialista que Erich Fromm faz da psicanálise freudiana. Nossa hipótese central é a de que é o conceito de *caráter* desenvolvido por Fromm que permite a Horkheimer elaborar uma antropologia filosófica em solo materialista. E diante dos esforços de ambos os autores em compreender traços típicos de caráter do capitalismo monopolista, bem como de suas causas tanto econômicas quanto psíquicas, se torna possível refinar o diagnóstico de época dos anos 1930 – esforços conjuntos que culminarão nos *Estudos sobre Autoridade e Família* (1936).

Problemas políticos decorrentes das obras éticas de Pedro Abelardo

Pedro Rodolfo Fernandes da Silva
Doutorando em Filosofia
PPGFIL - UFSCar
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado
do Amazonas – FAPEAM

**pedrofernandes28@
hotmail.com**

Orientador
Prof. Dr. Carlos Eduardo de
Oliveira

Palavras-chave
Pedro Abelardo, política,
ética, filosofia medieval.

Pedro Abelardo (1079 – 1142) não escreveu nenhum tratado exclusivamente político, pois para ele a esfera política é regida pela *communis utilitas* (utilidade comum) que é pública e, portanto, limitada ao arbitrio humano, ou seja, uma utilidade legítima, mas de interesse menor face à ética da intenção que é necessariamente individual e fundada na obediência à vontade de Deus. Apesar disso, pode-se observar pelo menos três problemas políticos que decorrem de suas obras éticas, quais sejam, *Collationes* ou *Dialogus inter philosophum, judaeum et christianum* (1125-6) e *Scito te ipsum* ou *Ethica* (1138-9). De tais problemas, o primeiro consiste na separação que Abelardo estabelece entre o espaço jurídico e o moral. O segundo consiste na pretensão de Abelardo de fundamentar racionalmente certa autonomia da política laica frente à pretensão da instituição eclesiástica de administrar a vida pública a partir da interpretação corporativa da moral. O terceiro problema é mais específico, pois se refere ao combate que Abelardo trava contra a administração eclesiástica no que se refere ao uso inadequado que esta fazia da noção de pecado e do sacramento da confissão como instrumento de seu poder, como, por exemplo, a prática da simonia. Desse terceiro problema decorre a crítica que Abelardo faz ao poder dos bispos de perdoar os pecados, a qual, entre outras, motivou seu segundo processo condenatório em 1140. Assim, ao que parece, Abelardo considera a política como espaço da opinião porque regida pelos julgamentos humanos confusos e artificiais, e a ética como espaço da verdade, pois restrita à consciência individual e a Deus.

Bergson e a sociologia francesa do século XIX

Rafael Henrique Teixeira
Doutorando
PPGFIL-UFSCar
FAPESP

**rafael.discord
@gmail.com**

Orientador
Prof.^a Dr.^a Débora Cristina
Morato Pinto

É do conhecimento do leitor de Bergson a relação que cada uma de suas obras guarda com as reflexões das ciências positivas. Com a matemática e a psico-física no *Ensaio Sobre os Dados Imediatos da Consciência*, com a psico-fisiologia em *Matéria e Memória* e, por fim, com a biologia em *A Evolução Criadora*. Em muitas ocasiões Bergson vai além da simples denúncia dos métodos e conclusões às quais chega cada uma das ciências que mobiliza. Ou, quando este é o procedimento, a crítica não se dá sem o reconhecimento das fontes profundas das ilusões que se trata de denunciar. Podemos afirmar que o mesmo espírito anima *As Duas Fontes da Moral e da Religião*, ocasião em que Bergson mobiliza teses da sociologia então nascente. Meu objetivo é apontar alguns elementos da relação entre ciência e filosofia tal qual ela se desenha nessa obra a partir do debate que Bergson realiza com a sociologia ou ciência dos fatos morais de Émile Durkheim. Para tanto me pautarei em três definições da sociedade mobilizadas por Bergson: (1) tendência presente em toda a natureza, (2) vago ideal e (3) forma acabada que se desenha ao lado do instinto e da inteligência. Mostrarei o modo como Bergson destitui a sociedade do lugar que ela ocupa na sociologia de Durkheim, realidade hiper-espiritual que transcende o indivíduo e que funda um reino absolutamente distinto da natureza. Frente a essa atitude que hipostasia a sociedade, Bergson a localiza ao longo das linhas da evolução como uma de suas determinações. Mostrarei também de que modo as contribuições de *As Duas Fontes da Moral e da Religião* em torno das origens e função da sociedade se relacionam com a maneira habitual pela qual Bergson apresenta a sociedade desde o *Ensaio*, ou seja, como aliada da linguagem na espacialização e conseqüente desnaturalização do eu profundo.

Nietzsche e o vir-a-ser: verdade e interpretação

Rafael Hyertquist Bordini
Universidade Federal de
São Carlos
Agência de fomento:
CAPES

rafael.bordini@gmail.com

Orientador
Profª. Dra. Thelma Lessa da
Fonseca

Palavras-chave
Verdade, linguagem, vir-a-
-ser, interpretação

Nietzsche ao tomar como ponto de partida o vir-a-ser de Heráclito como interpretação cosmológica do mundo encontra algumas dificuldades. Ele tem de lidar com o problema da linguagem e da verdade enquanto elementos fixadores da efetividade e adequá-los ao aspecto dinâmico do vir-a-ser. Portanto, Nietzsche defende um mecanismo de disputa de interpretações que é móvel e se ajusta ao fluxo do mundo em detrimento de um sistema de verdades eternas. O filósofo posiciona seu “perspectivismo” de modo contrário à crença em uma verdade estanque, cristalizada e que pretende ser um reflexo da essência das coisas. Sendo assim, buscar-se-á apontar como podemos atribuir ao vir-a-ser uma dupla articulação, quer dizer, em primeiro lugar que Nietzsche se apropria para conduzir sua crítica à verdade e a linguagem, e em segundo, como ele concebe o vir-a-ser como ponto de partida para a elaboração de sua filosofia da interpretação.

Fuga e Assimilação em Plotino

Rafael Vieira Gomes
Doutorando pela Universi-
dade Federal de São Paulo
(UNIFESP)
Órgão de fomento: Capes

rvgomes83@gmail.com

Orientador
Maurício Pagotto Marsola

Palavras-chave
Fuga. Assimilação. Conver-
são. Felicidade. Unificação.

No *Teeteto* (176 b), Platão disse que é preciso “fugir daqui”, e essa fuga, segundo ele, consiste em assemelhar-se a deus. Plotino, em sua exegese do texto platônico, retoma literalmente essa afirmação e a incorpora em sua filosofia. É preciso fugir dos males, em um movimento de conversão e Assimilação a deus (*homoíosis theôi*), que, em Plotino, corresponde a um retorno e a uma entrada no mais profundo e íntimo de si mesmo. Entretanto, perguntamo-nos: o que, em Plotino, significa realmente essa Fuga? É bastante conhecida certa interpretação contemporânea que entende a moral platônica como uma forma de fuga e negação do corpo, do mundo e dos sentidos. Alguns filósofos, assim como alguns historiadores da filosofia, também parecem ter entendido literalmente essa expressão retomada por Plotino. Contudo, desejamos apenas compreender esse aspecto da filosofia plotiniana a partir de seu próprio texto: afinal, trata-se de uma proposta de evasão e de negação do corpo e do mundo, ou há outra leitura possível? Se, paralelamente ao tema da Fuga, estudarmos alguns pontos estratégicos para a compreensão mais ampla do percurso conversivo veremos que paradoxalmente Plotino não apenas valoriza o corpo, o mundo e a experiência sensível, mas os concebe como meios necessários para a Assimilação ao inteligível. Por conseguinte, se fugir daqui consiste em assemelhar-se a deus, essa Assimilação é a finalidade última dessa Fuga. De modo que Fuga e Assimilação aparecem como conceitos interdependentes. Todavia, qual é a natureza dessa Assimilação (*homoíosis*)? Trata-se apenas de imitar e tornar-se semelhante ao divino, ou esse termo guarda, em Plotino, ainda um sentido mais ousado e mais profundo? Segundo nossa interpretação, a assemelhação como imitação e aproximação ao divino, por meio das virtudes e da dialética, é uma etapa ainda propedêutica da Assimilação propriamente dita. E é essa passagem de um nível discursivo e propedêutico – de imitação e preparação – para a “visão” e a “experiência” imediata do divino – como “unificação”, “contato” e “união extática” e “mística” – que completa o itinerário filosófico da conversão da alma, condensado em sua interpretação desses dois conceitos complementares e convergentes.

A relação de Nietzsche e a filosofia da vontade no desenvolvimento de sua concepção trágica

Rafael Vieira Menezes Carneiro
Mestrando em Filosofia (USP)
Bolsista CNPq

rafaelvieiramenezes@gmail.com

Orientador
Eduardo Brandão

Palavras-chave
trágico, Vontade, Uno primordial.

Ao realizar uma genealogia do pensamento trágico nietzscheano é possível identificar o desenvolvimento e as mudanças existentes em suas concepções. Isto pode ser notado em um pequeno espaço temporal comparando a conferência “O drama musical grego” com o escrito “A visão dionisiaca do mundo”. Na conferência “O drama musical grego” a concepção trágica de Nietzsche é compreendida como um estado de “ecstase” originado do obscuro. De acordo com os fragmentos póstumos do jovem filólogo da mesma época, o obscuro deve ser entendido como análogo a “Vontade” schopenhaueriana. Deste modo, aquele estado proporciona o momento em que o indivíduo se liberta do mundo da representação, tornando-se o puro sujeito do conhecimento, pois consegue contemplar o todo do mundo, livre de qualquer desejo, devendo apenas se manter nesse estado. Alguns meses depois, em seu escrito “A visão dionisiaca do mundo”, o estado de “ecstase” é apresentado como semelhante ao estado de “embriaguez dionisiaca”, contudo o indivíduo não pode mais mergulhar neste estado, pois o terror é tão grande que ele pode sucumbir; destarte o estado trágico é atingido por meio de uma “descarga patológica”, propiciada por um mundo intermediário entre a realidade efetiva e a “Vontade”- mundo este advindo da união apolínea-dionisiaca. Neste trabalho pretendemos mostrar que esta mudança de concepção relaciona-se com o distanciamento do Nietzsche da filosofia schopenhaueriana, que culminará posteriormente com a implementação da noção de “Uno primordial” em sua metafísica do artista.

Uma nota sobre a ética e a gênese da circunstância técnica

Rainer Miranda Brito
Mestrando no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - UFSCar
Bolsista/Pesquisador FA-PESP

rnrmi@imap.cc

Orientador
Dra. Anna Catarina Morawska

Palavras-chave
Técnica; Simondon; Ética; Levinas.

Ao indagar a “técnica” como domínio, seja como fenômeno ou como condição metafísica deste, o que se pode através dela atingir senão uma generalização? Talvez a pergunta pela “técnica”, pela concepção de seu lugar conceitual, tenha configurado uma poderosa supremacia dos enunciados sobre a “técnica” diante dos recursos que circunstâncias materiais pragmáticas promovem em cada arranjo técnico. Seria pois possível evitar tal generalização, tal supremacia? Seria viável considerar majoritariamente aquilo pelo que a «técnica» como termo-problema nutre um franco desinteresse? A incomum alternativa de Gilbert Simondon, aquela manifestada nos cursos pós-teses no fim da década de 1960, é um rigoroso esboço desta tentativa. É portanto um experimento de desvio: é possível evitar a “técnica”. É possível não perguntar por ela e, talvez, não atribuir-lhe uma definição. O itinerário experimental deste Simondon pós-teses, é este de um deslocado exercício metodológico perante as circunstância da articulação material. São dois os deslocamentos: um relativo a escala da apreensão de um evento, de um arranjo técnico específico e outro concernente ao estatuto ético do arranjo técnico. Se há em um arranjo técnico, bem como na circunstância de seu acontecimento, um desvio possível das generalizações e da supremacia instaurada pela «técnica» enquanto um enunciado de termo-problema, é essa de uma disposição não ontológica da investigação material. Precisa, tal exercício de desvio, procedimentos que se pretendem ficar aquém da explicação, da compreensão; procedimentos sumariamente distantes do *logos* e suas conjugações, pois muito próximos de uma alteridade radical, tal qual propôs Emmanuel Levinas, da circunstância técnica, isto é, da implicação da *gênese* de seu arranjo.

Max Horkheimer e a construção do diagnóstico da integração total: um retorno aos escritos do final da década de 1930

Raphael Eduardo Alves Concli
Mestrando em Filosofia
Unicamp – FAPESP

raphconcli@gmail.com

Orientador
Prof. Dr. Marcos S. Nobre

O pensador alemão Max Horkheimer é especialmente conhecido pela redação de *Dialética do Esclarecimento* junto com Theodor Adorno, livro publicado em 1947 e obra central do período a que certos autores convencionaram chamar de *crítica da razão instrumental* na história da Teoria Crítica. Porém, o diagnóstico de época apresentado nesta obra e o movimento teórico rumo a uma crítica transhistórica da razão já se constroem em uma série de textos de Max Horkheimer a partir do final dos anos 1930, como *O Estado Autoritário*, *Arte e Cultura de Massa* e *O Fim da Razão*. Interessa-me retornar a estes textos a fim de recuperar as primeiras etapas da formulação de um problema que estaria no centro do diagnóstico de Horkheimer e Adorno na década de 1940, a saber, a identificação de processos de integração social através dos quais é possível observar uma mudança no caráter da liberdade dos indivíduos. O que seriam estes processos de integração? Como isto pode representar uma transformação das relações de dominação sob o capitalismo? Para tentar responder a estas questões, pretendo seguir o seguinte caminho: (i) as reflexões de Horkheimer ao final dos anos 1930 estão diretamente informadas pela ideia de “capitalismo de Estado” de Friedrich Pollock, a partir do qual Horkheimer interpretará a derrocada do modelo monopolista deste modo de produção. (ii) O capitalismo de Estado é compreendido por Horkheimer como “O Estado autoritário do presente”, forma de organização da sociedade onde transformações nas formas de dominação podem ser identificadas. Quais são estas e como se justificam?; (iii) Ao buscar compreender a dinâmica destas relações de dominação, Horkheimer começa a construir o diagnóstico da integração total; esta reflexão que se encontra historicamente situada irá generalizar-se de modo progressivo para este autor, conduzindo-o para uma crítica do próprio conceito de razão e para a perda da dimensão histórica em seu pensamento.

Richard Lazarini
Instituição de ensino: USP
Titulação: Mestrando

richardlazarini1986@hotmail.com

Orientador
Carlos Eduardo de Oliveira

Palavras-chave
abstração; fantasmas;
intelecto agente; intelecto possível; quiddidade.

A importância da quiddidade segundo a teoria do conhecimento de Tomás de Aquino

A teoria do conhecimento de Tomás de Aquino propõe que o objeto próprio do conhecimento intelectual humano seja a natureza existente na matéria, a qual também pode ser chamada de “quiddidade”. Cabe ressaltar que tal natureza – singularizada enquanto existente na matéria –, ao ser recebida pelos sentidos, toma a qualificação de “espécie sensível”, e, depois, ao ser recebida pela faculdade imaginativa (*phantasia*), toma a qualificação de imagem, a qual, segundo o aquinatense, pode ser chamada de “fantasma” (*phantasma*). É apenas depois do processo intelectual abstrativo que o fantasma se torna uma “espécie inteligível”. Para isto, a quiddidade precisa ser abstraída de suas condições materiais. O que possibilita este tipo de abstração é o intelecto agente: este intelecto ilumina e abstrai a quiddidade do fantasma e a imprime no intelecto possível, o qual, após recebê-la, entra em ato, num processo que pode ser denominado de *intellecção* ou conhecimento. Deste modo, a quiddidade – na medida em que é impressa no intelecto possível – possibilita o conhecimento intelectual das coisas sensíveis. Portanto, nota-se que a quiddidade desempenha um papel fundamental na teoria do conhecimento de Tomás de Aquino, por isto torna-se importante, em nossa comunicação, investigarmos, mais detidamente, a seguinte questão: o que é a quiddidade?

As vias do *Élenkhos*: a aplicação platônica da prática investigativa socrática

Rineu Quinalia Filho
Doutorando pela Universidade Federal de São Carlos
Bolsista CAPES

rquinalia@gmail.com

Orientador
Eliane Christina de Souza

Palavras-chave
Platão. Sócrates. Élenkhos.
Diálogos da Juvntude.
Política.

O estilo da escrita feita por Platão implica razões filosóficas, educativas e metodológicas e, no que tange aos primeiros diálogos, também razões políticas e históricas. Para que seja possível evidenciar os elementos de continuidade e de transformação que subsistem entre (i) o valor teórico maiêutico dos primeiros diálogos, em relação a (ii) os diálogos subsequentes, julga-se primordial, para o êxito compreensivo do estudo de Platão, analisar e estudar primeiramente o diálogo socrático. A filosofia de Platão propõe uma série de caminhos para se alcançar a verdade. A prática socrática de indagar é indubitavelmente um dos principais, além de representar, sobretudo nos assim chamados “Primeiros Diálogos”, a própria prática filosófica. Platão apresenta o élenkhos prioridade de definição (PD), como o procedimento filosófico padrão de Sócrates. O presente estudo pretende sugerir e analisar duas variações ligadas à aplicabilidade dessa primeira padronização da investigação filosófica. A partir da análise dos diálogos *Laques* e *Cármides*, buscaremos demonstrar como Platão pretende destacar o que chamamos de duas variações do tradicional élenkhos prioridade de definição (PD) socrático, a saber: a *denunciativa* e a *pedagógica*, teríamos assim uma nova configuração do modelo de inspeção proposto pelo élenkhos (PD) a saber; o élenkhos *denunciativo (D)*, e o élenkhos *pedagógico (P)*. Com isso, empenhar-nos-emos em avaliar a partir do *efeito circular do élenkhos*, possibilidade de conceber se o “dialogar” (*dialégesthai*) socrático foi usado de maneira organicamente por Platão com a finalidade de persuadir não somente o *indivíduo*, mas, sobretudo, o *coletivo*, e ulteriormente inserido como instrumento político-pedagógico no núcleo dos Primeiros Escritos. Esta apresentação tem o escopo de estudar o que chamamos de Platão Político-Educador.

Razão pública e publicidade na política kantiana

Rodrigo Luiz Silva e Souza Tumolo
Universidade de São Paulo/
Mestrando
Bolsista FAPESP

rodrigotumolo@gmail.com

Orientador
Prof. Dr. Maurício Keinert

Palavras-chave
Kant; política; legitimidade; publicidade; máxima.

A intenção desta comunicação é refletir sobre a formação da razão pública no horizonte do pensamento político kantiano. Pretendo recuperar uma histórica controvérsia na interpretação dos textos políticos de Kant: de um lado, uma tradição que entende haver um acanhamento nos textos políticos kantianos no sentido de bastar ao legislador que aja sempre supondo a si mesmo como legislando tendo por base uma máxima que fosse passível de assentimento por todos; por outro lado, há uma corrente de pensadores que defende uma visão construtivista já embutida no pensamento kantiano desde mesmo a *Crítica da Razão Pura*. Para os partidários da primeira posição, ao cabo Kant torna possível legitimar as ações de um déspota. Se for tomada por base uma interpretação construtivista, que considere o todo de sua obra e não apenas textos políticos isolados, há duas consequências imediatas – a tese de que a posição kantiana permite legitimar inclusive o despotismo deve ser revista e o problema se expande de maneira a não focar unicamente as ações oficiais: tenciono trazer um Kant engajado e militante do Esclarecimento que aponta claramente mecanismos, os quais hoje chamaríamos de democráticos, que limitam a legitimidade dos atos políticos (sejam institucionais ou não – aqui se fala tanto dos atos oficiais de representantes quanto oriundos da sociedade civil) a uma forçosa possibilidade de apreciação pública. Somente a publicização seguida pela crítica pública (já está pressuposta a existência de uma razão pública que exerça a capacidade de crítica) seriam capazes conferir legitimidade aos atos políticos.

Cruzamentos filosóficos em processos de projeto na arquitetura contemporânea: a assimilação de conceitos Deleuzianos em estratégias projetuais

Rodrigo Scheeren
Mestrando em Arquitetura
USP – CAPES

rodrigosscheeren@
gmail.com

Orientador
Prof. Dr. David Moreno
Sperling

Palavras-chave
Diagrama, Pós-Estrutura-
lismo, Arquitetura contem-
porânea, Gilles Deleuze,
Peter Eisenman.

Na arquitetura contemporânea, alguns movimentos são estimulados por processos experimentais que assimilam teorias multidisciplinares em seus projetos. Ao longo de 1990, a teoria da arquitetura acolheu temas da filosofia de Gilles Deleuze, dentre eles, o principal foi o diagrama. O norte-americano Peter Eisenman explicita a influência do discurso de Deleuze, distancia a concepção do diagrama de uma estrutura – hierárquica, estática e com ponto de partida –, e o assimila como “um conjunto de relações flexíveis entre forças”. Para ele, o diagrama é tanto um dispositivo analítico – estruturando informações –, como generativo – intermediário no processo de geração do espaço –, sem oferecer a correspondência necessária entre si mesmo e a forma resultante. Deleuze introduziu a noção de diagrama via Foucault – a quem credita a emergência do termo na contemporaneidade –, conceito que não se resume a, mas se expressa como um evento linguístico, operação abstraída de obstáculo e separado de qualquer uso específico. Suas características são a multiplicidade espaço-temporal, além de não ser um mapa que apresenta identidades estáticas, mas que relaciona singularidades virtuais e forma multiplicidades. Os objetivos são explicitar que o conceito deleuziano de diagrama não pode ser compreendido isoladamente – mas faz parte de um aparato conceitual do autor que engloba outros conceitos como virtualidade, abstração, desterritorialização e máquina abstrata – e apresentar o seu desdobramento na teoria e na concepção experimental arquitetônica de Eisenman – a dimensão prática da sua tradução. O processo de translação desses conceitos para a arquitetura representa o pensamento formal não acabado, isto é, são mecanismos não-formalizados, abertos a matérias e funções que serão engendradas através da habilidade de criar conexões nos planos de consistência do projeto. A relação entre filosofia e arquitetura estabelece um caráter expandido do campo de investigação disciplinar, através do conteúdo conceitual utilizado de modo operatório em novos métodos e práticas.

Tempo histórico no poema *Mensagem* de Fernando Pessoa

Rubens José da Rocha
Doutorando em Filosofia
UFSCar – CAPES

ens_rubens@
yahoo.com.br

Orientador
Luís Fernandes dos Santos
Nascimento

Palavras-chave
Heteronímia, desperso-
nalização, tempo-origem,
tempo histórico, tempo
psíquico.

Mensagem é uma das composições mais ambiciosas de Fernando Pessoa. A associação intrincada entre os símbolos e a constelação de vozes que os atravessam parece abrir a cada leitura novas possibilidades de interpretação. Se comparamos esse entrecruzamento de vozes e significação com a despersonalização nos poetas heterônimos, podemos observar aspectos importantes de sua estrutura. Em particular, a maneira como a escrita opera a superposição de eventos e situações que ocorrem em diferentes tempos históricos. Ao analisar o processo de despersonalização em Alberto Caeiro, é possível notar a emergência de um tempo-origem das sensações a partir da transposição do tempo linear do relógio para o plano psíquico da duração, como nessa passagem em que a noite simboliza, ironicamente, a tinta com que o heterônimo compõe sua personalidade: “Porque a única cousa que o meu relógio simboliza ou significa/ Enchendo com a sua pequenez a noite enorme/ É a curiosa sensação de encher a noite enorme/ Com a sua pequenez...”. (*O Guardador de Rebanhos*, XLIV, p.325) Nos discípulos de Caeiro, a despersonalização será responsável pela transposição desse tempo-origem para um tempo histórico particular que caracteriza as situações vividas por cada um deles em seus poemas. Com a análise dessa série de transposições—do tempo linear para o tempo psíquico e do tempo-origem para diferentes tempos históricos—, tentarei mostrar como as atitudes de Alberto Caeiro (certeza sensível), Álvaro de Campos (sensação da sensação) e Ricardo Reis (indiferença quanto ao destino) passam a agir num mesmo plano de composição, transfigurados por uma espécie de intuição que as unifica sob a figura do Quinto Império Português.

Dignidade humana e filosofia hegeliana

Silvana Colombo de Almeida

Mestrando em Filosofia
UNESP - CAPES

sil_colal@hotmail.com

Orientador

Pedro Geraldo Aparecido
Novelli

Co-Orientador

Ricardo Pereira Tassinari

Palavras-chave

Hegel; Dignidade humana;
História.

Embora tema antigo, o debate acerca dos fundamentos da dignidade humana ganhou força na modernidade com a Revolução Francesa e as ideias Iluministas. Kant foi um dos primeiros a universalizar a ideia de dignidade, vinculando-a à autonomia moral do homem, enquanto faculdade de determinar a si mesmo e agir em conformidade com a representação de certas leis. Paralelamente, as teorias jusnaturalistas fundamentavam a dignidade humana na própria natureza do homem, vinculando-a a um suposto “estado de natureza” do qual os direitos inalienáveis teriam derivado. O objetivo do presente trabalho é discutir como Hegel, comparativamente a outros pensadores de sua época, concebia a dignidade humana. Embora sua teoria não exclua uma concepção ontológica da dignidade, vinculada a determinadas características inerentes à condição humana, Hegel atrela-a principalmente à viabilização de determinadas prestações e garantias. No sistema hegeliano, a dignidade humana vincula-se à ideia de *Eticidade*, *locus* que sintetiza o individual e o universal, de tal forma que a dignidade efetiva-se como resultado de um longo processo histórico. Não apenas a dignidade e os direitos que a garantem, incluindo aí os “direitos naturais”, são resultados de um processo histórico, mas também o próprio sujeito desses direitos. O homem enquanto homem nunca havia sido reconhecido como sujeito de direitos. Entre os gregos e romanos, apenas alguns eram livres. As conquistas históricas da humanidade levaram-nos à condição de reconhecimento da liberdade para todos os homens, o que Hegel afirma no §36 da *Filosofia do Direito*, “todos devem ser pessoas e respeitar os outros como pessoas”. Assim, apenas localizar a dignidade na natureza humana ou buscar os “direitos naturais” num fictício estado de natureza, como se nesse contexto houvesse dignidade ou direitos, é insuficiente. A racionalidade do real é que traz à consciência da humanidade os conceitos necessários ao seu caminhar em direção à dignidade. Somente por meio de garantias histórico-institucionais, alcançadas no momento do Espírito Objetivo, pode-se reconhecer e garantir a efetivação da dignidade em seu sentido lógico-conceitual, já presente na Ideia. Somente dando-se conteúdo real à dignidade é que ela se estabelece nas consciências humanas históricas.

Homem e matéria: a significação da vida na filosofia de Bergson

Solange Bitterbier

Doutoranda em filosofia -
UFSCar
CNPq

solbitter@yahoo.com.br

Orientador

Silene Torres Marques

Palavras-chave

Vida, criação, matéria,
duração.

A relação entre matéria e espírito diante de uma metafísica onde a diferença entre seus termos é colocada em termos de duração, ou melhor, de tensão, tal como exposto em *Matéria e memória*, dá à filosofia bergsoniana uma originalidade sem igual. Tal originalidade acabou por instigar e fazer voltar o olhar a outra questão sobre o dualismo: esclarecer a relação entre matéria e memória dá margens para se questionar sobre a vida como um todo, em outras palavras, como a união entre eles pode ser explicada de modo a se encontrar uma significação da vida numa relação em que o espírito encontra-se limitado pelo corpo e diante das dificuldades e obstáculos proporcionados pela matéria. Ora, uma compreensão da significação da vida é o que se apresenta em *A evolução criadora*. Se em *Matéria e memória*, tínhamos a relação do homem com o seu meio em termos de ação prática nos primeiros capítulos e um quarto capítulo que apontava para uma relação peculiar onde, embora distintos, espírito e matéria possuem algo em comum, nada mais coerente que buscar um aprofundamento desta relação onde o homem pudesse ser compreendido não mais como simples agente mas onde a vida, por sua vez, pudesse ser explicada como a base da relação do homem com a matéria. Encontrar a significação da vida não é um caminho fácil, como o próprio filósofo admite. Mas aprofundar a natureza da vida é necessário, por mais difícil que seja, para se compreender essa configuração aparentemente mais básica que nossa vida toma em nossas ações práticas. Sendo assim, uma compreensão dessa relação do homem com a matéria é o que pretendemos apresentar, almejando contribuir para as discussões sobre o tema da significação da vida tão presente em *A evolução criadora*.

A arte na construção do pensamento: agir e variar como formas de provocar o pensar

Suianni Cordeiro Macedo
Doutoranda da Faculdade
de Educação - Unicamp
Bolsista FAPESP (processo
n° 2013/19556-9)

**suianni.macedo@
gmail.com**

Orientador
Wenceslão Machado
Oliveira Junior

Palavras-chave
arte/pensamento; arte/
devir; educação estética;
geografias-menores.

Propomos, nesta apresentação, um percurso que nos leve do mundo que cria imagens para os mundos que as imagens criam. A partir do pensamento de Deleuze e Guattari, procuraremos desenvolver uma reflexão acerca das formas como a arte, não apenas reage aos elementos do mundo, mas sim provoca variação e cria devir. Como destacaram os dois filósofos na obra *O que é filosofia?* (2013), a filosofia cria conceitos e a arte perceptos e afetos. Esta distinção, entretanto, não exclui as artes de um papel ativo na construção do mundo. Assim, propomos pensar como pode a arte agir no pensar, criar pensamentos. Para procurarmos aprofundar estas questões escolhemos um conjunto de obras artísticas, fotografias e vídeos que tem como tema a cidade de São Paulo. Tais imagens atuam no mundo, mas por se tratarem de imagens não habituais da cidade, nos afetam e provocam variações daquilo que comumente denotamos como cidade, e mais especificamente como espaço. Em *A invenção da paisagem* (2007), Anne Cauquelin apontou precisamente que a paisagem transforma a realidade em imagem e em seguida a imagem transforma a realidade. Se tais obras nos permitem pensar outras possibilidades de espacialidade, elas atuam diretamente no conceito de espaço, provocando transformação, variação, ou seja, geografias-menores. Nossa reflexão procura, portanto, percorrer os meios como a arte é agente no mundo, e conseqüentemente interage no pensar e na construção dos modos de compreensão do mundo envolvente. Como destacou Jacques Rancière, em *A partilha do sensível: estética e política* (2012), as artes são práticas que intervêm em outras práticas, criam os modos da visibilidade e as formas pelas quais as partilhamos. Logo, estas práticas interferem nos modos de compreensão do mundo, naquilo que pensamos ser o mundo. Assim os perceptos e afetos oriundos das práticas artísticas conformam modos de nos relacionarmos com o mundo e formas de pensar sobre ele.

Considerações sobre a crítica de Maurice Merleau-Ponty à concepção de linguagem de Henri Bergson

**Vanessa de Oliveira
Temporal**
Universidade Federal de
São Carlos – doutoranda

**vanih_wed@
yahoo.com.br**

Orientadora
Profa. Dra. Débora Cristina
Morato Pinto

Palavras-chave
Bergson; Merleau-Ponty;
linguagem.

Para Henri Bergson, a linguagem é caracterizada como função motora e à medida que se abstrai e perde esta dimensão de ferramenta prática, ela deixa de ser útil à vida. No seu último livro, *As Duas Fontes da Moral e da Religião*, o pré-determinado adquire um estatuto positivo com a figura do místico, ligando o indivíduo à totalidade da vida. Maurice Merleau-Ponty apresenta uma crítica a este aspecto da filosofia bergsoniana ao afirmar que os atos humanos não são simplesmente vitais e a ação puramente motriz. O homem possui uma estrutura englobante de comportamento chamada “atitude categorial” (Goldstein) ou “função simbólica” (Cassirer). Antes mesmo de defini-la em seu conteúdo, sabe-se que ela é de direito coextensiva a todos os comportamentos humanos, que ela é aquilo que se exprime em todas as nossas condutas, desde a sexualidade e a afetividade até as funções intelectuais mais elaboradas, passando pela percepção. Portanto, este aspecto propriamente estrutural do comportamento simbólico possui uma implicação precisa: o ato da linguagem não pode ser facilmente abstraído do restante da percepção. Neste contexto, gostaríamos de analisar a passagem da dimensão motora da linguagem para a representativa. Haveria um nível pré-predicativo (não-motor e, ainda assim, representativo) na filosofia de Bergson?

